



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PARTE I – CLÁUSULAS JURIDICO -ADMINISTRATIVAS**

**Empreitada de conceção-construção da Unidade de Saúde de São Roque e  
Livramento, em Ponta Delgada” e da “Empreitada de conceção-construção da  
Unidade de Saúde da Maia, Ribeira Grande**



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**ÍNDICE:**

Capítulo I Disposições iniciais.....	5
Cláusula 1.ª Objeto.....	5
Cláusula 2.ª Disposições por que se rege a conceção/construção.....	7
Cláusula 3.ª Esclarecimento de dúvidas.....	8
Capítulo II Fase de conceção.....	9
Cláusula 4.ª.....	9
Disposições aplicáveis ao projeto de execução.....	9
Cláusula 5.ª Duração do contrato.....	10
Cláusula 6.ª Condições de pagamento.....	11
Cláusula 7.ª.....	12
Constituição da equipa.....	12
Cláusula 8.ª.....	13
Fase de Conceção.....	13
Cláusula 9.ª.....	15
Níveis de serviços.....	15
Cláusula 10.ª Entregáveis e documentação.....	16
Cláusula 11.ª.....	17
Pareceres do projeto.....	17
Cláusula 12.ª.....	17
Prescrições gerais para a elaboração de estudos e projetos.....	17
Cláusula 13.ª.....	19
Outras obrigações aplicáveis à Fase de Conceção.....	19
Cláusula 14.ª.....	19
Coordenação de segurança em projeto.....	19
Cláusula 15.ª.....	20
Aspetos de estrutura e geotecnia.....	20
Cláusula 16.ª.....	20
Direitos de propriedade intelectual e industrial.....	20
Cláusula 17.ª Sigilo.....	21
Cláusula 18.ª Proteção de dados pessoais.....	22
Cláusula 19.ª Cessão da posição contratual e subcontratação.....	22
Cláusula 20.ª Deveres de colaboração recíproca e informação.....	22
Cláusula 21.ª Seguros.....	22
Cláusula 22.ª Foro competente.....	23
Cláusula 23.ª Sanções.....	23
Capítulo III Empreitada.....	24
Cláusula 24.ª.....	24
Início da Fase de Construção.....	24
Cláusula 25.ª.....	25
Preparação da Consignação da obra.....	25
Cláusula 26.ª.....	26
Plano de Trabalhos e Plano de Pagamentos.....	26
Cláusula 27.ª.....	27



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

Plano de segurança e saúde para a execução da obra .....	27
Cláusula 28. <sup>a</sup> .....	28
Preparação e planeamento da execução da obra .....	28
Cláusula 29. <sup>a</sup> .....	34
Redes de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações .....	34
Cláusula 30. <sup>a</sup> .....	35
Demolições e esgotos .....	35
Cláusula 31. <sup>a</sup> .....	35
Plano de trabalhos ajustado .....	35
Cláusula 32. <sup>a</sup> .....	36
Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos .....	36
Cláusula 33. <sup>a</sup> .....	37
Prazo de execução do contrato .....	37
Cláusula 34. <sup>a</sup> .....	38
Cumprimento do plano de trabalhos .....	38
Cláusula 35. <sup>a</sup> .....	39
Multas por violação dos prazos contratuais .....	39
Cláusula 36. <sup>a</sup> .....	39
Atos e direitos de terceiros .....	39
Cláusula 37. <sup>a</sup> .....	40
Condições gerais de execução dos trabalhos .....	40
Cláusula 38. <sup>a</sup> .....	40
Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção .....	40
Cláusula 39. <sup>a</sup> .....	41
Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra .....	41
Cláusula 40. <sup>a</sup> .....	41
Aprovação de equipamento, materiais e elementos de construção .....	41
Cláusula 41. <sup>a</sup> .....	42
Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção .....	42
Cláusula 42. <sup>a</sup> .....	42
Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção .....	42
Cláusula 43. <sup>a</sup> .....	42
Aplicação dos materiais e elementos de construção .....	42
Cláusula 44. <sup>a</sup> .....	43
Substituição de materiais e elementos de construção .....	43
Cláusula 45. <sup>a</sup> .....	43
Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra .....	43
Cláusula 46. <sup>a</sup> .....	44
Menções obrigatórias no local dos trabalhos .....	44
Cláusula 47. <sup>a</sup> .....	44
Ensaio .....	44
Cláusula 48. <sup>a</sup> .....	45
Medições .....	45
Cláusula 49. <sup>a</sup> .....	45
Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra .....	45
Cláusula 50. <sup>a</sup> .....	46
Obrigações gerais .....	46
Cláusula 51. <sup>a</sup> .....	46
Horário de trabalho .....	46
Cláusula 52. <sup>a</sup> .....	47
Segurança, higiene e saúde no trabalho .....	47



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

Cláusula 53. <sup>a</sup> .....	47
Preço e condições de pagamento .....	47
Cláusula 54. <sup>a</sup> .....	48
Adiantamentos ao empreiteiro .....	48
Cláusula 55. <sup>a</sup> .....	49
Descontos nos pagamentos .....	49
Cláusula 56. <sup>a</sup> .....	49
Mora no pagamento.....	49
Cláusula 57. <sup>a</sup> .....	50
Revisão de preços .....	50
Cláusula 58. <sup>a</sup> .....	50
Contratos de seguro .....	50
Cláusula 59. <sup>a</sup> .....	51
Outros sinistros .....	51
Cláusula 60. <sup>a</sup> .....	52
Representação do empreiteiro .....	52
Cláusula 61. <sup>a</sup> .....	53
Representação do dono da obra .....	53
Cláusula 62. <sup>a</sup> .....	53
Livro de registo da obra.....	53
Cláusula 63. <sup>a</sup> .....	54
Compilação técnica .....	54
Cláusula 64. <sup>a</sup> .....	57
Receção provisória .....	57
Cláusula 65. <sup>a</sup> .....	57
Prazo de garantia .....	57
Cláusula 66. <sup>a</sup> .....	58
Receção definitiva .....	58
Cláusula 67. <sup>a</sup> .....	59
Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução .....	59
Disposições finais.....	59
Cláusula 68. <sup>a</sup> .....	59
Deveres de colaboração recíproca e informação .....	59
Cláusula 69. <sup>a</sup> .....	60
Subcontratação e cessão da posição contratual .....	60
Cláusula 70. <sup>a</sup> Foro competente .....	60
Cláusula 71. <sup>a</sup> Comunicações e notificações .....	60
Cláusula 72. <sup>a</sup> Contagem dos prazos.....	60
Cláusula 73. <sup>a</sup> Normas aplicáveis .....	61
Caderno de Encargos .....	62
Cláusulas Especiais.....	62



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

## **Capítulo I Disposições iniciais**

### **Cláusula 1.<sup>a</sup>** **Objeto**

- 1.1** O presente Caderno de Encargos compreende as cláusulas a incluir no(s) Contrato(s) a celebrar no âmbito do CONCURSO PÚBLICO COM PUBLICITAÇÃO INTERNACIONAL POR LOTES DA “EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE”, incluindo todos os serviços, fornecimentos e trabalhos acessórios e conexos necessários à sua integral execução e tem por objeto a execução das seguintes prestações:
- a)** A elaboração do projeto base e do projeto de execução;
  - b)** A coordenação em matéria de segurança e saúde durante a fase de elaboração do projeto da obra, de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
  - c)** A realização de todos os trabalhos definidos quanto à sua espécie, quantidade e condições técnicas de execução, no Projeto de Execução e nas peças do procedimento;
  - d)** O Contrato inclui todos os trabalhos, serviços, fornecimentos e trabalhos acessórios, desvios de serviços afetados, desvios de trânsito e condicionamentos impostos pelo Dono da Obra ou outras entidades, bem como todos os trabalhos conexos necessários à sua integral execução;
  - e)** Elaboração e desenvolvimento da Compilação Técnica (CT) em conformidade com os elementos constantes no CE;
  - f)** Elaboração do Plano de Estaleiro;
  - g)** Elaboração do Plano de Segurança e Saúde (PSS) em fase de Projeto de Execução e desenvolvimento em fase de obra, cumprindo com os requisitos do CE.
  - h)** Elaboração do Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição (PPGRCD) em fase de Projeto de Execução e desenvolvimento em fase de obra, cumprindo com os requisitos do CE.
- 1.2** Para efeitos do disposto no número anterior da presente cláusula, o programa preliminar patenteadado a concurso, integra as definições e especificações a que o Projeto deve obedecer, quanto às funcionalidades, utilizações e características técnicas.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- 1.3** Os elementos que integram o programa preliminar têm um carácter meramente indicativo, salvo os que dizem respeito aos requisitos de segurança, ambientais e aos aspetos e requisitos funcionais e, ainda, aqueles que sejam referidos como vinculativos e, ainda, todas as demais definições vinculativas ao nível do programa preliminar, apresentadas como requisitos mínimos.
- 1.4** Sem prejuízo do referido em todas as peças do procedimento, os trabalhos fundamentais para a execução do Contrato e do respetivo desenvolvimento e implementação são, entre outros, os seguintes:
- a)** Elaboração do Projeto para efeitos de aprovação pelo Dono da Obra com base no programa preliminar patenteado neste CE e nas disposições a que o Adjudicatário se vinculou na sua proposta, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e de acordo com o presente CE;
  - b)** Implementação de um “Programa de reconhecimento”, o documento que integra as ações de prospeção, medição e ensaio das condições geológicas e geotécnicas existentes, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e de acordo com o presente CE, caso aplicável;
  - c)** Elaboração do Projeto de Execução, elaborado com base no Projeto Base aprovado pelo Dono da Obra, em conformidade com o disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, e de acordo com o presente CE;
  - d)** Planeamento detalhado da obra e respetiva monitorização mensal;
  - e)** Elaboração dos Planos de Gestão da Qualidade, da Segurança e do Ambiente;
  - f)** Realização dos trabalhos preparatórios e acessórios, designadamente:
    - a.** Estaleiro e acessos;
    - b.** Levantamento das condições e proteção das edificações e/ou infraestruturas adjacentes à obra;
    - c.** Reparação de eventuais danos provocados em edificações e/ou infraestruturas adjacentes à obra;
    - d.** Plano de instrumentação e observação, e fornecimento, instalação e realização das respetivas monitorizações/observações, caso aplicável;
    - e.** Desvios provisórios e definitivos para reposições e/ou substituição de redes de infraestruturas. No referente aos serviços afetados (desvios), é da responsabilidade e encargo do Adjudicatário, com a colaboração do Dono de Obra no que se refere à



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

credenciação devida para o efeito, o desenvolvimento de todos os trâmites necessários à elaboração de quaisquer projetos e obtenção de correspondentes licenças, incluindo o pagamento de taxas associadas aos serviços referidos;

- f. Desvios de trânsito, se e quando necessário;
  - g. Arranjo e reposição de áreas afetadas exteriores à obra.
- g)** Realização de todos os trabalhos previstos no Projeto de Execução para a materialização do objeto da obra.

**Cláusula 2.<sup>a</sup>**

**Disposições por que se rege a conceção/construção**

- 1 - A execução do Contrato obedece, nomeadamente:
- a. Às cláusulas do Contrato e ao estabelecido em todos os elementos e documentos que dele fazem parte integrante;
  - b. Ao Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, aprova o Código dos Contratos Públicos, doravante “CCP”, e posteriores alterações;
  - c. Ao Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, e respetiva legislação complementar;
  - d. À restante legislação e regulamentação aplicável, nomeadamente a que respeita à construção, à revisão de preços, às instalações do pessoal, à segurança social, à higiene, segurança, prevenção e medicina no trabalho e à responsabilidade civil perante terceiros;
  - e. Às regras da arte.
- 2 - Para efeitos do disposto na alínea a) do número anterior, consideram-se integrados no Contrato, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 96º do CCP:
- a. O clausulado contratual, incluindo os ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º do CCP e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º desse mesmo Código.
  - b. O suprimimento de erros e de omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que tais erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar, nos termos do disposto no artigo 50.º do CCP;
  - c. Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
  - d. O caderno de encargos, integrado pelo programa preliminar;
  - e. A proposta adjudicada;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- f. Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo cocontratante;
  - g. Todos os outros documentos que sejam referidos no clausulado contratual ou no caderno de encargos.
- 3 - A entidade adjudicante pode excluir expressamente do contrato os termos ou condições constantes da proposta adjudicada que se reportem a aspetos da execução do contrato não regulados pelo caderno de encargos e que não sejam considerados estritamente necessários a essa execução ou sejam considerados desproporcionados.
- 4 - No caso de existirem divergências entre os vários documentos referidos nas alíneas b) a f) do n.º 2 da cláusula anterior, prevalecem os documentos pela ordem em que são aí indicados.
- 5 - Em caso de divergência entre o caderno de encargos e o programa preliminar, prevalece o primeiro quanto à definição das condições jurídicas e técnicas de execução e o segundo em tudo o que respeita à definição da própria obra.
- 6 - Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 1 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos propostos de acordo com o disposto no artigo 99.º e aceites pelo adjudicatário nos termos do disposto no artigo 101.º.

**Cláusula 3.ª**  
**Esclarecimento de dúvidas**

- 4.1 As dúvidas que o Adjudicatário tenha na interpretação dos documentos por que se rege o Contrato devem ser submetidas ao Dono de Obra antes do início da execução dos trabalhos a que respeitam, nelas se incluindo quaisquer dúvidas ou questões relativas a:
- a) Aspetos ou dados que se revelam desconformes com a realidade; ou
  - b) Espécie ou quantidade de prestações estritamente necessárias à integral execução do objeto do Contrato a celebrar; ou
  - c) Condições técnicas de execução do objeto do Contrato a celebrar que o proponente não considere exequíveis.
- 4.2 No caso de as dúvidas ocorrerem somente após o início da execução dos trabalhos a que dizem respeito, deve o Adjudicatário submetê-las imediatamente ao Dono de Obra, juntamente com os motivos justificativos da sua não apresentação antes do início daquela execução.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- 4.3** O incumprimento do disposto no número anterior torna o Adjudicatário responsável por todas as consequências da errada interpretação que porventura haja feito, incluindo a inutilização de equipamentos ou instalação, desmontagem e reinstalação, reformulação ou reconfiguração de equipamentos e instalação, demolição e reconstrução das partes da obra em que o erro se tenha refletido, sem quaisquer encargos para o Dono de Obra.
- 4.4** O disposto nos números anteriores, 4.1 a 4.3, não se aplica aos aspetos que decorrem do Projeto de Execução, da responsabilidade do Adjudicatário, nos termos do número 3 do artigo 43.º do CCP, de acordo com a responsabilidade do Adjudicatário pelo suprimento de erros e omissões, nos termos previstos no n.º 2 do artigo 378.º do mesmo CCP.

## **Capítulo II Fase de conceção**

### **Cláusula 4.ª**

#### **Disposições aplicáveis ao projeto de execução**

1. O objeto do Contrato é, nos termos e para efeitos da Secção I do Capítulo II do Anexo I da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, uma obra de “Edifícios”.
2. O Cocontratante deverá observar as disposições legais relativas à elaboração de projetos de obras públicas, designadamente o disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, bem como os princípios e requisitos mínimos definidos no programa preliminar patenteado e demais disposições constantes do presente Caderno de Encargos.
3. O Projeto de Execução deverá cumprir as disposições previstas no âmbito do PRR, aplicáveis ao Investimento na Componente 01 – Serviço Nacional de Saúde, no investimento C01-i11-RAA Modernização e Requalificação do Serviço Regional de Saúde, incluído a Rede de Cuidados Continuados e Paliativos, a medida “Construção ou renovação de três centros/postos de saúde”, bem como toda a correspondente legislação e regulamentação em vigor.
4. O projeto de execução deverá cumprir os objetivos definidos Guia de interpretação para cumprimento dos objetivos em termos de comportamento energético referentes à reabilitação e à construção do edificado,



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

assim como os requisitos definidos na nota técnica NT-SCE-2 referente “Edifícios NZEB20 e outros conceitos úteis para acesso a incentivo”;

5. Aquando da entrega do projeto de execução deverá ser elaborado um pré-certificado e um certificado energético com um rácio de classe energética (RIEE) inferior ou igual a 60%.

6. O projeto de execução deverá incluir a utilização de, pelo menos, 5 % em volume de materiais reciclados, ou que incorporem materiais reciclados, relativamente à quantidade total de matérias-primas usadas em obra, conforme previsto no n.º 5 do art.º 50.º do Decreto Legislativo Regional n.º 19/2016/A de 6 de outubro.

7. A elaboração do Projeto de Execução deverá igualmente obedecer aos requisitos constantes do artigo 43.º do CCP, devendo ser acompanhado dos seguintes elementos, de entre os referidos no n.º 5 daquele artigo 43.º do CCP:

- d) Dos levantamentos e das análises de base e de campo;
- e) Dos estudos geológicos e geotécnicos;
- g) Dos resultados dos ensaios laboratoriais ou outros (se aplicável);
- h) Do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição, nos termos da legislação aplicável.

8. O Projeto de Execução deverá respeitar, no que respeita a zonas para utilização pública, a legislação relativa à eliminação de barreiras arquitetónicas em edifícios públicos, equipamentos coletivos, via pública para melhoria da acessibilidade, em conformidade com o disposto no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto.

9. A conceção do Projeto, nas suas diversas fases, fica sujeita, nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do CCP, no n.º 2 do art.º 30.º do decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A e do n.º 2 do artigo 18.º da Lei 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, a revisão por equipa de revisão de projeto a indicar pelo Dono de Obra, para esse efeito.

**Cláusula 5.<sup>a</sup>**  
**Duração do contrato**

A duração referente à conceção terá a duração máxima de 30 dias, contados da data da assinatura do contrato.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 6.<sup>a</sup>**  
**Condições de pagamento**

- 1 - A faturação referente à conceção é efetuada nos seguintes termos:
  - a) Com a aprovação do projeto base – 25% do preço base referente à fase de conceção;
  - b) Com a aprovação do projeto de execução – 65% do valor base referente à fase de conceção;
  - c) Assistência técnica – 10% do preço base referente à fase de conceção, dividida em prestações mensais durante o período de execução da obra.
  - d) O pagamento será efetuado no prazo máximo de 60 dias a contar da data da receção das faturas correspondentes, as quais só podem ser emitidas após o vencimento da obrigação a que se referem.
- 2 - Nos termos da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro, a Entidade Adjudicante emite um número de compromisso válido e sequencial, que o cocontratante deverá indicar nas faturas.
- 3 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto na presente cláusula, as faturas são pagas através de transferência bancária, para o NIB a indicar pelo cocontratante.
- 4 - O cocontratante não pode efetuar a transmissão de créditos ao abrigo de contratos de factoring ou proceder à cessão de créditos, sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.
- 5 - Aos pagamentos referidos serão acrescidas as revisões de preços calculadas nos termos deste Caderno de Encargos. Os honorários acima referidos são revisíveis de acordo com a seguinte fórmula:

$$P = P_o \cdot I_t / I_o$$

em que:

P - é o valor do honorários a receber no mês t;

P<sub>o</sub> – é o valor do pagamento relativo ao mesmo mês indicado no contrato.

I<sub>t</sub> - é o índice de preços no consumidor total sem habitação relativo ao local da sede do projetista, relativo ao mês t;

I<sub>o</sub> - é o índice de preços no consumidor, total sem habitação, para os Açores, relativo ao mês em que teve lugar a abertura de propostas.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 7.<sup>a</sup>**

**Constituição da equipa**

1. Compete ao Cocontratante designar a equipa projetista a qual deve ter como coordenador um técnico, engenheiro ou arquiteto, com a qualificação específica adequada para coordenar projetos de obras cuja natureza predominante seja “Edifícios”, para a classe de obra a realizar, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua atual redação, e da Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto, estar inscrito na respetiva Ordem Profissional e deter a experiência, no exercício de funções correspondentes ao respetivo perfil, em projetos de obras similares, a que se vinculou na proposta.
2. Para efeito do referido no número anterior, o coordenador deve ter certificação para o exercício da função de acordo com os procedimentos definidos pela respetiva ordem profissional, e deve demonstrá-lo através de apresentação da respetiva certidão específica.
3. A equipa projetista deve ser constituída, para além do Coordenador, pelos técnicos autores que assegurem a elaboração dos projetos de todas as especialidades necessárias.
4. Além das especialidades necessárias deve a equipa projetista proceder à avaliação ambiental de modo a cumprir os princípios de DNSH (Do No Significant Harm) do PRR.
5. O Autor do Projeto de Arquitetura deve deter a qualificação específica adequada para elaborar projetos de obras cuja natureza predominante seja “Edifícios”, para a classe de obra a realizar, nos termos da Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na sua redação atual, e da Portaria n.º 212/2022, de 23 de agosto, estar inscrito na respetiva Ordem Profissional e deter a experiência, no exercício de funções correspondentes ao respetivo perfil, em projetos de obras similares.
6. Deve ser assegurada a coordenação do projeto, nomeadamente no que se refere à coordenação das atividades dos vários intervenientes no projeto, garantindo a adequada articulação de toda a equipa de projeto e assegurando a participação dos técnicos autores, a compatibilidade entre os diversos projetos necessários e o cumprimento das disposições legais e regulamentares, tal como definido no artigo 8.º da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.
7. Sem prejuízo dos perfis técnicos específicos dos elementos da equipa, a que o Cocontratante se vinculou na fase pré-contratual, a equipa projetista referida nos números anteriores deve observar o



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

estipulado na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, na redação atual, e demais legislação aplicável quanto à qualificação dos respetivos técnicos autores.

8. Na Fase de Conceção, o Cocontratante deve propor para aprovação do Dono de Obra um técnico para o exercício da função de Coordenador de Segurança em Projeto, com habilitação para a obra posta concurso, devendo submeter-se o seu Curriculum Vitae.

9. O Cocontratante não pode alterar os elementos da equipa técnica responsável pela elaboração do Projeto de Execução apresentados na fase pré-contratual, salvo quando tenha requerido a sua substituição ao Dono de Obra com fundamento em motivos manifestamente imprevisíveis à data da sua apresentação, obtendo do Dono de Obra a correspondente autorização expressa por escrito no prazo de 10 (dez) dias após a referida solicitação.

### **Cláusula 8.ª**

#### **Fase de Conceção**

1. Os serviços de conceção objeto do Contrato correspondem ao desenvolvimento do Projeto de Execução de Empreitada, concretizando a solução proposta no programa preliminar patenteado no presente Caderno de Encargos e devem dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, sem prejuízo de outros elementos considerados adequados pelo projetista ou constantes de regulamentação específica aplicável.

2. Os serviços de conceção objeto do Contrato compreendem as seguintes fases:

- a) Fase 1 – Anteprojeto/Licenciamento;
- b) Fase 2 – Projeto de Execução;
- c) Fase 3 – Assistência Técnica.

#### **3 . Fase 1 – Anteprojeto/Licenciamento inclui:**

- i. A elaboração dos elementos previstos na portaria referida no n.º 1 da presente cláusula;
- ii. A preparação e submissão dos processos de licenciamento junto das entidades competentes, a prestação de eventuais esclarecimentos e a prática de todos os atos, nomeadamente as alterações que sejam necessárias para a obtenção das respetivas licenças, pareceres e ou autorizações;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**4. Fase 2 – Projeto de Execução:** corresponde ao desenvolvimento do Anteprojeto ou projeto base aprovado na fase anterior pelo Dono de Obra, devendo:

- i. Dar cumprimento ao disposto na Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, incluindo a elaboração da proposta de programação e execução das principais tarefas e fases da empreitada;
- ii. Ser constituído por um conjunto coordenado de informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra, obedecendo ao disposto na legislação e regulamentação aplicável e deve integrar, para além do Projeto Geral de Arquitetura, todos os projetos das especialidades necessárias a uma correta execução, em obra, da proposta de solução aprovada na fase anterior pelo Dono de Obra;
- iii. Incluir uma estimativa orçamental fundamentada;
- iv. Ser acompanhado do Plano de Segurança e Saúde em fase de projeto, em conformidade com o indicado no Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro;
- v. Ser acompanhado do plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

5. Durante a Fases 1 e 2 acima referidas realizar-se-ão reuniões de acompanhamento do projeto, com periodicidade semanal ou outra a definir pelo Dono de Obra, com a eventual presença da equipa de revisão de projeto a indicar pelo Dono de Obra, nas quais deverão estar presentes o coordenador de projeto e todos os autores dos projetos, exceto se por razão devidamente justificada algum elemento for dispensado da presença.

6. Durante a Fases 1 e 2 acima referidas, o Cocontratante obriga-se a proceder, no prazo máximo previsto no n.º 4 da cláusula 9.<sup>a</sup>, ou outro inferior que venha a ser estabelecido, às alterações ou correções necessárias decorrentes do relatório de revisão elaborado pela equipa de revisão de projeto, de que venha a ser notificado pelo Dono de Obra.

7. O cumprimento pontual das acima referidas especificações técnicas para a elaboração do Projeto de Execução é condição da sua aprovação pelo Dono de Obra.

8. **Fase 3 – Assistência Técnica:** os Projetistas devem garantir a assistência técnica necessária à boa execução da obra. As atividades relativas à assistência à obra são definidas pela Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto e deve:

- a) ser prestada durante a execução da empreitada até à receção provisória da obra;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- b) incluir a presença nas reuniões que o Dono de Obra convocar, as quais poderão ter lugar nas suas instalações, no local da obra ou nas instalações a definir pelo Dono de Obra;
- c) incluir a produção de quaisquer peças, escritas ou desenhadas, necessárias à compreensão do projeto ou esclarecimento dessas dúvidas;
- d) incluir a elaboração das Telas Finais a disponibilizar para efeitos da receção provisória.

### **Cláusula 9.<sup>a</sup>**

#### **Níveis de serviços**

- 1 - Uma vez concluído o **projeto de licenciamento**, este deverá ser remetido à SRTMI-DROP para aprovação, como também deverá ser solicitado todos os **pareceres necessários às entidades externas**, suspendendo-se a contagem do prazo da prestação de serviços, até o mesmo ser reenviado ao coordenador de projeto para correção e/ou desenvolvimento da fase seguinte.
- 2 - Caso o projeto de licenciamento seja devolvido para correções, o projetista dispõe de cinco dias úteis para efetuá-las e reenviar o respetivo estudo para aprovação. O tempo que exceder esse período será deduzido do período destinado à elaboração da fase seguinte.
- 3 - Concluído o projeto de execução, este deverá ser remetidos à SRTMI-DROP para aprovação.
- 4 - O **projeto de execução** poderá ser objeto de revisão, por entidade terceira, em cumprimento do disposto no n.º 2 do artigo 30.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro de 2015.
- 5 - Caso o projeto de execução seja devolvido para correções, o projetista dispõe de cinco dias úteis para efetuá-las e reenviar o projeto para aprovação. A cada dia de atraso, além do prazo contratual definido, poderá ser aplicada uma sanção pecuniária de natureza contratual, nos termos previstos neste Caderno de Encargos. aprovação. A cada dia de atraso será deduzido do prazo de execução da empreitada.
- 6 - As várias fases do projeto deverão ser formalizadas e entregues por forma a constituir um conjunto coordenado das informações escritas e desenhadas de fácil e inequívoca interpretação por parte das entidades intervenientes na execução da obra e integrar a totalidade dos elementos previstos na SECÇÃO I, da Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 10.<sup>a</sup>**  
**Entregáveis e documentação**

- 1 - O cocontratante deve fornecer à Entidade Adjudicante os originais devidamente assinados, de todas as especialidades necessárias à execução do projeto, bem como todos os elementos do projeto em suporte digital.
- 2 - Sempre que o projeto ou respetiva informação de suporte sofram quaisquer alterações, é obrigação do cocontratante fornecer à Entidade Adjudicante as versões definitivas dos documentos em questão, nos moldes referidos no n.º 1.
- 3 - Na fase de Assistência técnica à empreitada, e nos casos abrangidos pelo número anterior, o cocontratante comunica ao empreiteiro e fiscalização a ocorrência das alterações ao projeto de execução, com indicação das peças que, a partir de então, se encontram desatualizadas e não devem ser atendidas em obra, devendo fornecer-lhes os respetivos elementos atualizados e a considerar, após aprovação dos mesmos por parte do gestor do contrato.
- 4 - O cocontratante é responsável por quaisquer prejuízos decorrentes na execução da empreitada, por incumprimento do dever de informação a que se alude no número anterior.
- 5 - Número de Exemplares:
  - a) Após a aprovação das várias fases do projeto – nos termos e situação prevista no n.º 2 da cláusula 1.<sup>a</sup> – pela Entidade Adjudicante, deverá ser entregue dois exemplares completos, conforme se discrimina:
    - I. um original em formato físico (papel), assinado, para reprodução;
    - II. um dossier digital (serviço de transferência e armazenamento por internet), digitalmente assinado e com um prazo de validade de 24 meses (permissão para transferir);

b) Formato da Informação

**I. Informação em Formato Digital**

A informação contida no dossier digital deverá estar organizada numa estrutura em árvore correspondente ao normal conceito de pastas e subpastas, separadas em “01.Peças Escritas” e “02.Peças Desenhadas” e em “01.Editável” e “02.Não Editável”.

Os ficheiros informáticos relativos a cada fase de execução do contrato devem ser:

- Textos, em formatos legíveis em Word da Microsoft e em Adobe Reader, ou equivalente (devendo o trabalho final ser entregue nos dois formatos);



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- Tabelas não incluídas noutros documentos, em formato legível em Excel da Microsoft e em Adobe Reader (devendo as medições e respetivo orçamento ser entregues nos dois formatos);
- Desenhos, em formatos legíveis em Autocad da Autodesk (DWG e DWF) e em Adobe Reader, ou equivalente (devendo o trabalho final ser entregue nos três formatos).

**II. Informação em Formato Físico**

As peças escritas dos exemplares a fornecer serão apresentadas em folhas de formato A4 e as desenhadas em folhas de formato, idealmente em A3, ou, não sendo possível, até ao formato A1, devendo ser encadernadas e/ou guardadas em caixas próprias numeradas, identificadas com a designação do Projeto de Execução e do volume respetivo. No início de cada volume deverá ser incluído um índice global do Projeto de Execução e no início de cada documento encadernado deverá ser incluído um índice do volume.

**Cláusula 11.<sup>a</sup>**

**Pareceres do projeto**

1. Compete ao Cocontratante instruir os processos de modo a obter, junto das entidades externas, a emissão de pareceres favoráveis que se revelem obrigatórios nos termos da legislação em vigor, bem como os necessários ao pleno cumprimento da elaboração do projeto;
2. O disposto no número anterior não invalida que o Dono de Obra tenha de assegurar, na qualidade de entidade requerente, a subscrição dos formulários que o Cocontratante submeta para esse efeito.

**Cláusula 12.<sup>a</sup>**

**Prescrições gerais para a elaboração de estudos e projetos**

1. O âmbito do Projeto de Execução, tendente à concretização dos trabalhos, deverá, em tudo o que for aplicável, respeitar as exigências definidas por lei e as obrigações decorrentes de pareceres, recomendações, autorizações ou licenciamentos das entidades que vinculem nesta matéria, considerando-se incluídos no projeto todos os trabalhos, procedimentos e ações necessários para dar cumprimento a estas exigências, designadamente, as decorrentes da aplicação da legislação e regulamentação aplicáveis.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

2. Compete ao Cocontratante, por sua inteira conta e responsabilidade, preparar e elaborar todos os elementos de Projeto com base nos quais a execução das obras será realizada.
3. Na elaboração do Projeto nas suas diversas fases, o Cocontratante encontra-se obrigado ao cumprimento pontual e rigoroso dos aspetos vinculativos contemplados no programa preliminar patenteado nas peças do procedimento e nas disposições regulamentares específicas.
4. Em caso de dúvida na interpretação de algum dos requisitos de projeto, especificações funcionais e critérios de projeto determinados por normas e regulamentos imperativos, o Cocontratante deve pedir esclarecimentos ao Dono de Obra, prevalecendo sempre e em qualquer caso a interpretação que este fizer do teor dos referidos requisitos.
5. O Cocontratante deverá tomar as medidas necessárias e adequadas no sentido de facilitar as futuras intervenções de manutenção, nomeadamente:
  - a) Proporcionar fácil acesso para manutenção a todas as instalações objeto do Contrato, bem como a identificação dos seus diversos componentes;
  - b) Prever a utilização de materiais e processos construtivos que evitem o aparecimento, em qualquer idade do empreendimento, de patologias dos seus diversos componentes;
  - c) Adotar todas as medidas adequadas que permitam conhecer antecipadamente situações principais de falha dos equipamentos e instalações.
6. Nas situações omissas na lei ou no Caderno de Encargos, o Cocontratante observará as normas que correspondam às Regras de Arte, conforme alínea e) do n.º 1 da Cláusula 2.ª.
7. Sempre que, relativamente a qualquer aspeto, o respetivo Projeto deva ser sujeito a um processo de licenciamento, será da responsabilidade do Cocontratante a sua devida instrução, apresentação e acompanhamento até à obtenção dos atos e permissões necessárias.
8. O Cocontratante deverá também demonstrar a exequibilidade e adequabilidade das soluções numa perspetiva de otimização dos prazos de realização da obra e dos custos de construção, funcionamento e manutenção, devendo ainda ser evidenciada a conformidade do Projeto com os requisitos de segurança, qualidade e ambiente, sustentabilidade e eficiência energética.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 13.<sup>a</sup>**

**Outras obrigações aplicáveis à Fase de Conceção**

O Cocontratante obriga-se ainda a:

- a) Concluir os procedimentos de Licenciamento necessários conforme as especialidades de projeto o exijam;
- b) Assegurar a Assistência Técnica (Fase 3), desde a fase de Consignação da Obra até à Receção Provisória da Obra de acordo com a Portaria n.º 255/2023, de 7 de agosto, no âmbito das várias especialidades envolvidas, incluindo declarações de conformidade ou telas finais para efeitos de conclusão do processo de licenciamento.

**Cláusula 14.<sup>a</sup>**

**Coordenação de segurança em projeto**

No âmbito da execução do Projeto de Execução, o Coordenador de Segurança em Projeto deve observar, designadamente, o seguinte:

- a) Assegurar que os autores do projeto cumprem os princípios gerais do projeto da obra, referidos no artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 273/2003 de 29 de outubro, nomeadamente os princípios gerais de prevenção de riscos profissionais consagrados no regime aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho, considerando os mesmos nos seguintes domínios:
  - i. As opções arquitetónicas;
  - ii. As escolhas técnicas desenvolvidas no projeto, incluindo as metodologias relativas aos processos e métodos construtivos, bem como os materiais e equipamentos a incorporar na edificação;
  - iii. As definições relativas aos processos de execução do projeto, incluindo as relativas à estabilidade e às diversas especialidades, as condições de implantação da edificação e os condicionalismos envolventes da execução dos trabalhos;
  - iv. As soluções organizativas que se destinem a planificar os trabalhos ou as suas fases, bem como a previsão do prazo da sua realização;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- v. Os riscos especiais para a segurança e saúde enumerados no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 273/03 de 29 de outubro, podendo nestes casos o autor do projeto apresentar soluções complementares das definições consagradas no projeto;
- vi. As definições relativas à utilização, manutenção e conservação da edificação;
- b) Colaborar com o Dono de Obra em atos preparatórios da execução da obra, na parte respeitante à segurança e saúde no trabalho;
- c) Elaborar o PSS do Projeto de Execução;
- d) Promover a organização da compilação técnica da obra;
- e) Informar o Dono da Obra sobre as responsabilidades deste no âmbito do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro.

**Cláusula 15.ª**

**Aspetos de estrutura e geotecnia**

1. O relatório preliminar de prospeção geológica e geotécnica constante das peças do procedimento, uma vez confirmados e/ou complementados pelo Cocontratante, devem ser tidos em consideração na conceção das soluções e na conceção estrutural.
2. Compete ao Cocontratante, a expensas suas, a execução de todas as prospeções e sondagens que entenda necessárias para validar e complementar a informação de natureza geológica e geotécnica patente nas peças do procedimento, bem como a execução de eventuais trabalhos que possam resultar desses estudos.

**Cláusula 16.ª**

**Direitos de propriedade intelectual e industrial**

- 1 - São da responsabilidade do cocontratante quaisquer encargos decorrentes da utilização, na prestação de serviços, de marcas registadas, patentes registadas ou licenças.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- 2 - O cocontratante obriga-se a transferir a posse e a propriedade dos elementos a desenvolver ao abrigo do contrato para a Entidade Adjudicante incluindo os direitos autorais sobre todas as criações intelectuais abrangidas pelos serviços a prestar, bem como de outros direitos de propriedade intelectual, relativos aos serviços objeto do presente caderno de encargos, produtos dele resultantes nomeadamente, código fonte, documentação e elementos afins, bem como dos produtos consequentes a todas as ulteriores adaptações que se venham a revelar necessárias.
- 3 - O cocontratante entregará à Entidade Adjudicante no termo do contrato toda a documentação e desenvolvimento, relativo aos trabalhos desenvolvidos, incluindo as respetivas fontes que serão propriedade da Entidade Adjudicante.

**Cláusula 17.<sup>a</sup>**  
**Sigilo**

- 1 - O cocontratante obriga-se a observar sigilo quanto a informação e documentação, técnica e não técnica, comercial ou outra, relacionada com a atividade da Entidade Adjudicante ou qualquer outra entidade envolvida na execução do contrato.
- 2 - A informação e documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destinado direta e exclusivamente à execução do contrato.
- 3 - O cocontratante obriga-se ainda a respeitar a confidencialidade sobre todos os dados ou informações de carácter funcional ou processual dos serviços da Administração Pública a que tenha acesso na execução do contrato.
- 4 - O cocontratante assume igualmente o compromisso de remover e destruir, no final do contrato, todo e qualquer registo, eletrónico ou em papel, relacionado com os dados e processos analisados e que a Entidade Adjudicante lhe indique para esse efeito.
- 5 - O cocontratante obriga-se, de um modo especial, a guardar sigilo quanto ao conteúdo e utilização dos sistemas de informação da responsabilidade da Entidade Adjudicante, nos termos legalmente previstos na Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto.
- 6 - O cocontratante garante que terceiros que envolva na execução dos serviços respeitem as obrigações de sigilo e confidencialidade constantes nos números anteriores.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 18.<sup>a</sup>**  
**Proteção de dados pessoais**

1 - O Cocontratante garante o cumprimento do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados, designadamente o disposto no artigo 28.º, bem como legislação complementar aplicável.

2 - Quando solicitado, o Cocontratante obriga-se a apresentar ao Contraente Público, no prazo de 48 horas, as medidas adotadas que evidenciam o cumprimento as disposições relativas à proteção de dados pessoais.

**Cláusula 19.<sup>a</sup>**  
**Cessão da posição contratual e subcontratação**

O cocontratante não pode ceder a sua posição no contrato ou subcontratar total ou parcialmente os serviços incluídos no mesmo sem autorização prévia da Entidade Adjudicante.

**Cláusula 20.<sup>a</sup>**  
**Deveres de colaboração recíproca e informação**

As partes estão vinculadas pelo dever de colaboração mútua, designadamente no tocante à prestação recíproca de informações necessárias á boa execução do contrato, sem prejuízo dos deveres de informação previstos no artigo 290.º do CCP.

**Cláusula 21.<sup>a</sup>**  
**Seguros**

1 - É da responsabilidade do Cocontratante a cobertura, através de contratos de seguro de responsabilidade civil extracontratual destinados a garantir o ressarcimento dos danos causados a terceiros por atos ou omissões negligentes, nos termos da legislação em vigor, e de riscos de acidentes de trabalho e doenças profissionais, devendo nas apólices constar uma cláusula pela qual a entidade se compromete a mantê-las válidas até à conclusão da prestação de serviços.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

2 – O Contraente Público pode, sempre que entender conveniente, exigir prova documental da celebração dos contratos de seguro referidos no número anterior, à exceção dos que foram exigidos nos documentos de habilitação, devendo o Cocontratante fornecê-la no prazo 5 (cinco) dias.

3 – As condições estabelecidas nos números anteriores abrangem igualmente a atividade dos empregados, assalariados, mandatários ou pessoas diretamente envolvidas na atividade do segurado quando ao serviço deste e desde que sobre elas recaia também a obrigação de indemnização, bem como os eventuais consultores que venham a ser agregados, mesmo que em tempo restrito, respondendo o prestador de serviço perante a Contraente Público pela sua observância.

4 - Os encargos referentes aos seguros impostos por este Caderno de Encargos, bem como qualquer dedução efetuada pela seguradora a título de franquia em caso de sinistro indemnizável, correm por conta do prestador de serviços.

**Cláusula 22.<sup>a</sup>**  
**Foro competente**

Para a resolução de todos os litígios relativos, designadamente, à interpretação, execução, incumprimento, invalidade, resolução ou redução do contrato é competente o Tribunal Administrativo de Ponta Delgada.

**Cláusula 23.<sup>a</sup>**  
**Sanções**

1 - Pelo incumprimento de obrigações emergentes do contrato, a Entidade Adjudicante pode exigir ao cocontratante o pagamento de uma sanção pecuniária, num montante a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos seguintes termos:

- a) Pelo incumprimento da data de início ou na conclusão na fase de conceção por facto imputável ao cocontratante, o contraente público pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente ao valor de 1%o do preço contratual, não podendo o montante total exceder 20% do valor da prestação de serviços;
- b) Pelo incumprimento de prazos parciais de execução do serviço por facto imputável ao prestador de serviço, é aplicável o disposto na alínea anterior, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade;
- c) O cocontratante tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução do serviço quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e o serviço seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- 2 - Na determinação da gravidade do incumprimento, a Entidade Adjudicante tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do cocontratante e as consequências do incumprimento.
- 3 - A sanção aplicada será descontada na fatura imediatamente seguinte ao facto que a originou ou, caso tal não seja possível, será emitida nota de crédito.
- 4 - O valor acumulado das sanções pecuniárias não pode exceder 20 % do preço contratual, sem prejuízo do poder de resolução do contrato.
- 5 - Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e a Entidade Adjudicante decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30 %.

### **Capítulo III**

### **Construção**

#### **Cláusula 24.<sup>a</sup>**

#### **Início da Fase de Construção**

1. A fase de construção inicia-se na data da consignação, a qual deve ocorrer no prazo máximo de 5 (cinco) dias a contar da data da notificação da aprovação do Projeto de Execução pelo Dono da Obra, sem prejuízo do disposto na cláusula 33<sup>a</sup>.
2. Depois de aprovados os documentos referidos na cláusula seguinte, o Dono da Obra notifica o Empreiteiro da data e hora da consignação.
3. À consignação da obra deverá comparecer obrigatoriamente o representante do Empreiteiro com poderes para o efeito.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 25.<sup>a</sup>**

**Preparação da Consignação da obra**

1. No prazo de 5 (cinco) dias a contar da entrega dos elementos referentes à Fase 2 – Projeto de Execução, da fase de conceção, o Empreiteiro deve entregar os seguintes documentos ou dados:

- a) Plano de segurança e saúde para execução da obra, nos termos indicados na cláusula 27.<sup>a</sup>;
- b) Plano de estaleiro;
- c) Elementos necessários para a comunicação prévia de abertura do estaleiro, nos termos legais;
- d) Livro de obra;
- e) Indicação nominal do diretor de obra e equipa técnica da obra, que cumpra os requisitos previstos na Lei n.º 40/2015, de 01 de junho.

2. No mesmo prazo previsto na cláusula anterior, o Empreiteiro deve apresentar, para aprovação do Dono da Obra, o Plano de Trabalhos que integra os seguintes planos, elaborados de acordo com a cláusula seguinte:

- a) Os planos de trabalhos, de equipamentos e de mão-de-obra;
- b) O plano de pagamentos e cronograma financeiro.

3. No prazo de 10 (dez) dias a contar da entrega dos planos referidos no número anterior, o Dono de Obra procede à respetiva análise, devendo o Cocontratante prestar-lhe toda a cooperação e todos os esclarecimentos necessários, e comunica ao Cocontratante a sua aprovação, caso verifique que os mesmos reúnem as características, especificações e requisitos técnicos definidos no Caderno de Encargos, bem como outros requisitos exigidos por lei, ou, caso contrário, notifica-o para a necessidade de efetuar correções, caso em que os planos corrigidos deverão ser apresentados no prazo de 5 (cinco) dias.

4. No prazo de 2 (dois) dias a contar da data da notificação para a consignação pelo Dono da Obra, o Cocontratante apresentará um Plano de Trabalhos ajustado à data da consignação, o qual não poderá subverter nem alterar datas de início nem durações do Plano de Trabalhos aprovado pelo Dono de Obra e restantes documentos que o acompanham. Este Plano de Trabalhos, cuja adequação à data da consignação não pode implicar alterações para além do que seja estritamente necessário para a especificação da data da consignação, nem pode implicar a alteração do preço contratual ou do prazo de execução da obra.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

5. Caso seja identificada a necessidade de efetuar correções ao Plano de Trabalho ajustado à data da consignação, o Dono de Obra notifica disso o Cocontratante, no prazo de 3 (três) dias, devendo o plano corrigido, em condições de ser aprovado pelo Dono de Obra, ser apresentado no prazo de 2 (dois) dias.

**Cláusula 26.<sup>a</sup>**

**Plano de Trabalhos e Plano de Pagamentos**

1. O plano de trabalhos, integrando os Planos de equipamento e de mão-de-obra, o plano de pagamento e cronograma financeiro, em qualquer das suas versões iniciais ou ajustadas ou revistas em obra, deve ter em conta, para além do previsto no artigo 361.º do CCP, o seguinte:

a) O Plano de Trabalhos deve:

- Ser apresentado sob a forma de diagrama de Gantt;
- Ser acompanhado pelos planos de equipamento e de mão-de-obra e pelo cronograma financeiro, todos em harmonia com o Plano de Trabalhos;
- Ser acompanhado de uma memória descritiva e justificativa do modo de execução da obra;
- Respeitar os prazos globais e parciais vinculativos estabelecidos;
- Indicar as datas de início e fim de cada atividade, sua duração e precedências entre as diversas atividades;
- Indicar as atividades críticas da obra, com representação do caminho crítico;
- Definir com precisão as datas de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, a unidade de tempo que serve de base à programação;
- Duração, em dias, de cada atividade;
- Quantidades de trabalho do mapa de quantidades, que estão associadas a cada atividade;
- Precedências e ligações de cada atividade;
- Identificação de rendimentos diários considerados para cada atividade, no que respeita à mão-de obra e equipamento;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- Estabelecer ligações coerentes entre atividades de trabalho assim como as relações de sequencialidade;
  - Apresentar interligações entre as atividades que permitam em qualquer momento uma correta análise e simulação do plano de trabalhos aprovado, para avaliar avanços ou atrasos na obra.
- b) O Plano de mão-de-obra, elaborado em harmonia com o Plano de Trabalhos, deve ter uma distribuição semanal como escala mínima, por categorias profissionais;
- c) O Plano de Equipamentos, elaborado de harmonia com o Plano de Trabalhos deve ter uma distribuição semanal como escala mínima, com indicação dos equipamentos, marca e modelos ou características;
- d) O Plano de Pagamentos e cronograma financeiro devem ser elaborados em harmonia com o Plano de Trabalhos, representando os valores mensais e acumulados dos trabalhos previstos no referido Plano. O Plano de Pagamentos deve ser desdobrado por capítulos do mapa de quantidades. Deverá ser apresentada a evidência da relação entre o Plano de Pagamentos e o Plano de Trabalhos através da associação a cada uma das atividades de trabalho ou tarefa do Plano de Trabalhos do seu correspondente preço e da distribuição deste pelo tempo de duração dessa mesma atividade. A referida associação deve ser tal que o somatório do preço total de todas as atividades de trabalho

2. São ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: PDF e Excel.

### **Cláusula 27.<sup>a</sup>**

#### **Plano de segurança e saúde para a execução da obra**

1. Compete ao Cocontratante o desenvolvimento do Plano de Segurança e Saúde em projeto, o qual constitui parte integrante do Projeto de Execução a elaborar por si, nos termos da cláusula 14.<sup>a</sup>.
2. Nos termos e para os efeitos do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, aquando da submissão do Projeto de Execução pelo Cocontratante para aprovação do Dono de Obra, este deve assegurar que o Plano de Segurança e Saúde em projeto se encontra devidamente validado do ponto de vista técnico pelo coordenador da segurança em obra.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

3. O desenvolvimento prático do plano de segurança e saúde para a execução da obra deve integrar a análise e complementação das medidas previstas no plano do projeto, em função do sistema utilizado para a execução da obra, em particular as tecnologias e a organização de trabalhos utilizados pelo Cocontratante.
4. O documento deverá conter a avaliação dos riscos, a previsão dos meios adequados à prevenção de acidentes relativamente a todos os trabalhadores e ao público em geral, bem como a planificação das atividades de prevenção, de acordo com as técnicas construtivas a utilizar em obra.
5. Conforme o estipulado no n.º 4 do artigo 12.º do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 29 de outubro, a consignação da Obra só pode ocorrer depois de comunicada ao Cocontratante a aprovação, pelo Dono da Obra, do respetivo plano de segurança e saúde para a execução da empreitada.
6. A elaboração deste documento de carácter geral não prejudica a obrigação de, antes de executar qualquer trabalho que haja que executar, o Cocontratante submeter à aprovação do Coordenador de Segurança os elementos parcelares relativos ao trabalho que pretende executar.
7. O plano de segurança e saúde pode ser objeto de aprovação parcial, nomeadamente se não estiverem disponíveis todas as informações necessárias à avaliação dos riscos e à identificação das correspondentes medidas preventivas, devendo o plano ser completado antes do início dos trabalhos em causa.

**Cláusula 28.ª**

**Preparação e planeamento da execução da obra**

- 1 - O empreiteiro é responsável:
  - a) Perante o dono da obra pela preparação, planeamento e coordenação de todos os trabalhos da empreitada, ainda que em caso de subcontratação, bem como pela preparação, planeamento e execução dos trabalhos necessários à aplicação, em geral, das normas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho vigentes e, em particular, das medidas consignadas no plano de segurança e saúde, e no plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;
  - b) Perante as entidades fiscalizadoras, pela preparação, planeamento e coordenação dos trabalhos necessários à aplicação das medidas sobre segurança, higiene e saúde no trabalho em vigor, bem como pela aplicação do documento indicado na alínea g) do n.º 4 da presente cláusula.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- 2 - A disponibilização e o fornecimento de todos os meios necessários para a realização da obra e dos trabalhos preparatórios ou acessórios, incluindo os materiais e os meios humanos, técnicos e equipamentos, competem ao empreiteiro.
- 3 - O empreiteiro realiza, à sua custa, todos os trabalhos que, por natureza, por exigência legal ou segundo o uso corrente, sejam considerados como preparatórios ou acessórios à execução da obra, designadamente:
  - a) Trabalhos de montagem, construção, manutenção, desmontagem e demolição do estaleiro, incluindo as correspondentes instalações, redes provisórias de água, de esgotos, de eletricidade, redes de dados e de meios de telecomunicações, vias internas de circulação e respetivos encargos de utilização e consumo;
  - b) Trabalhos necessários para garantir a segurança de todas as pessoas que trabalhem na obra ou que circulem no respetivo local, incluindo o pessoal dos subempreiteiros e terceiros em geral, para evitar danos nos prédios vizinhos e para satisfazer os regulamentos de segurança, higiene e saúde no trabalho e de polícia das vias públicas;
  - c) Trabalhos de restabelecimento, por meio de obras provisórias, de todas as servidões e serventias que seja indispensável alterar ou destruir para a execução dos trabalhos e para evitar a estagnação de águas que os mesmos possam originar;
  - d) Trabalhos de construção dos acessos ao estaleiro e das serventias internas deste;
  - e) O levantamento, guarda, conservação e reposição de cabos, canalizações e outros elementos encontrados nas escavações e cuja existência se encontre assinalada nos documentos que fazem parte integrante do contrato ou pudesse verificar-se por simples inspeção do local da obra à data da realização do concurso;
  - f) O transporte e remoção, para fora do local da obra ou para locais especificamente indicados pelo empreiteiro, dos produtos de escavação ou resíduos de limpeza;
  - g) A reconstrução ou reparação dos prejuízos que resultem das demolições a fazer para a execução da obra;
  - h) Os trabalhos de escoamento de águas que afetem o estaleiro ou a obra e que se encontrem previstos no projeto ou sejam previsíveis pelo empreiteiro quanto à sua existência e quantidade à data da



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

apresentação da proposta, quer se trate de águas pluviais ou de esgotos quer de águas de condutas, de valas, de rios ou outras;

- i) A conservação das instalações que tenham sido cedidas pelo dono da obra ao empreiteiro com vista à execução da empreitada;
- j) A reposição dos locais onde se executaram os trabalhos em condições de não lesarem legítimos interesses ou direitos de terceiros ou a conservação futura da obra, assegurando o bom aspeto geral e a segurança dos mesmos locais;
- k) A submissão à aprovação do diretor de fiscalização, antes do início da execução dos trabalhos da empreitada, dos métodos de controlo dimensional que propõe para a implantação da obra, a sua construção e verificação de que satisfazem o rigor exigido, assim como dos equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra, nos termos seguintes:
  - i. O empreiteiro deverá assegurar a coordenação do rigor dimensional especificado ou acordado com os requisitos de qualquer subempreiteiro ou fornecedor e deverá notificar o diretor de fiscalização da existência de alguma discrepância, antes de o trabalho correspondente ter início;
  - ii. O empreiteiro é responsável pelas qualidades, dimensões, formas e demais características dos equipamentos, materiais e elementos de construção definidos nas peças escritas e desenhadas do projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias normalizadas ou admitidas nos mesmos documentos;
  - iii. Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar equipamentos, materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
  - iv. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.
  - v. O empreiteiro proporá, por escrito, ao diretor de fiscalização a aprovação dos materiais ou elementos de construção escolhidos. Esta proposta deverá ser apresentada, de preferência, no período de preparação e planeamento da empreitada e sempre de modo que as



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

diligências de aprovação não comprometam o cumprimento do plano de trabalhos nem o prazo em que o dono da obra se deverá pronunciar;

- vi. As variações nos materiais especificados ou demonstrados nos desenhos podem vir a ser permitidas se o empreiteiro enviar detalhes completos da sua proposta antes de a obra em questão ter início. Esses detalhes serão sujeitos a aprovação do dono de obra. Todos os dados para aprovação devem ser acompanhados por provas que demonstrem que o material está de acordo com os requisitos do Caderno de Encargos;
  - vii. O empreiteiro poderá apresentar proposta de alteração de equipamentos, materiais ou elementos de construção fixados no projeto e nos restantes documentos contratuais, nomeadamente quando entenda que os mesmos não são tecnicamente aconselháveis ou as mais convenientes, desde que, por escrito, fundamente tal pedido, o qual deverá ser acompanhado com todos os elementos técnicos necessários para a aplicação dos novos materiais e elementos de construção e para a execução dos trabalhos correspondentes, bem como da alteração de preços a que a aplicação daqueles materiais e elementos de construção possa dar lugar.
  - viii. Sempre que o dono da obra ou o empreiteiro o julguem necessário, este último apresentará amostras de materiais ou elementos de construção a utilizar, nos termos definidos no presente Caderno de Encargos.
- 
- l) A remoção e limpeza pelo empreiteiro, do local dos trabalhos e estaleiro, dos restos de materiais ou elementos de construção, entulhos, equipamento, andaimes e tudo o mais que tenha servido para a sua execução, no prazo máximo de 10 dias contados da data de receção provisória total;
  - m) A manutenção, durante todo o prazo da empreitada, do local da obra e estaleiro limpo e organizado, disponibilizando para esse efeito as equipas de pessoal e equipamento necessárias, a seu encargo;
  - n) A obrigação da obtenção de licenças e autorizações, à sua custa, nomeadamente para tapumes e ligações de redes de abastecimento de água, de esgotos e de energia elétrica, junto das entidades competentes, assim como a construção, a manutenção e a exploração das redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos e de energia elétrica, por inclusão dos respetivos encargos nos preços por ele propostos em sede de proposta;
  - o) O fornecimento, montagem e utilização das máquinas, aparelhos, utensílios, ferramentas, montagem e desmontagem de andaimes, coberturas, meios de suspensão ou outras estruturas provisórias



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

necessárias à boa execução dos trabalhos são, ainda, seu encargo. O equipamento referido deve satisfazer, quer quanto às suas características quer quanto ao seu funcionamento, ao estabelecido nas leis e regulamentos de segurança aplicáveis. Todos os equipamentos a utilizar em obra devem ser certificados pelo importador ou pelo fabricante, devendo ser assegurada a manutenção das suas boas condições de funcionamento, para o que serão integralmente cumpridos os procedimentos de operação e manutenção recomendados pelos fabricantes;

- p) A utilização de estruturas provisórias, metálicas, em bom estado de conservação, não sendo permitida a utilização destas ou dos seus acessórios desde que apresentem ferrugem;
- q) Quando se verificar a necessidade de trabalhos de proteção não definidos no projeto de execução, o empreiteiro avisará o dono da obra em conformidade, propondo as medidas a tomar e interromperá os trabalhos afetados, até decisão daquele. Neste caso e estando envolvidos interesses de terceiros, o dono da obra procederá aos contactos necessários com as entidades envolvidas a fim de decidir das medidas a tomar;
- r) A realização pelo empreiteiro e à sua custa dos trabalhos de demolição que se encontrem previstas no projeto de execução, bem como a remoção completa, para fora do local da obra ou para os locais apropriados, de todos os materiais e entulhos, excetuando apenas o que o dono da obra autorize a deixar no terreno;
- s) A tomada das precauções necessárias pelo empreiteiro com vista a assegurar, em boas condições, o desmonte e a conservação dos materiais e elementos de construção especificados no projeto de execução, os quais são propriedade do dono da obra, sendo responsável por todos os danos que eventualmente venham a sofrer;
- t) A remoção completa, pelo empreiteiro, para fora do local da obra ou para os locais definidos no projeto de execução, dos produtos resultantes dos trabalhos referidos no parágrafo anterior;
- u) Para quaisquer componentes ou conjuntos a serem integrados na obra, deverá fornecer, pelo menos, os suportes temporários e/ou escoramentos recomendados pelo fabricante ou fornecedor;
- v) A apresentação do estudo do estaleiro e das instalações provisórias para aprovação pelo dono da obra no prazo de 15 dias a contar da data da consignação, nos termos seguintes:
  - i. O empreiteiro deve dar especial cuidado à organização do estaleiro de forma a evitar perturbações na zona urbana contígua, caso exista. Todos os equipamentos e materiais afetos à obra devem estar perfeitamente acondicionados na zona de estaleiro e da obra;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- ii. O empreiteiro deve providenciar a restituição e recuperação das condições existentes á data do início da implantação do estaleiro, nas áreas ocupadas pelo mesmo, acessos e aterros temporários;
- iii. O estaleiro deve contemplar uma correta recolha e depuração das águas pluviais, de lavagem, redução de emissões de poeiras, recolha e deposição adequada dos resíduos;
- iv. São interditas quaisquer descargas de betumes, óleos, lubrificantes, combustíveis, produtos químicos e outros materiais residuais. Na exploração do estaleiro o empreiteiro deve implementar uma organização e funcionamento que permita evitar o derrame destes produtos, colocando os produtos em contentores específicos para o respetivo encaminhamento para os locais adequados. Em caso de derrame accidental, deve ser feita a recolha imediata destes e implementar todas as medidas tecnicamente adequadas a minimizar o impacte ambiental causado;
- v. É interdita a emissão dos efluentes dos esgotos do estaleiro para a água ou para o solo sem o devido tratamento. Deve ser garantido o destino final adequado das águas residuais produzidas no estaleiro e a recolha imediata de hidrocarbonetos derramados provenientes dos equipamentos afetos à obra;
- vi. Os trabalhos necessários à vedação da área de intervenção e a posterior limpeza de todas as áreas ocupadas, são de conta do empreiteiro;
- vii. O empreiteiro é obrigado a proteger eficazmente o estaleiro, as edificações, arruamentos e redes de infraestruturas existentes, bem como as circulações de pessoas e viaturas;
- viii. Na execução das vedações o empreiteiro terá em conta a existência das redes de infraestruturas. O empreiteiro tomará as medidas preventivas para que as redes que existem no local não sejam danificadas durante a execução das obras, nomeadamente em trabalhos de movimentação de terras e de todos os materiais e equipamentos. Incluem-se, ainda, todos os trabalhos que sejam necessários efetuar no âmbito da manutenção das redes;
- ix. Não serão cedidos ao empreiteiro quaisquer locais passíveis de instalação do estaleiro;
- x. O empreiteiro deverá proceder à limpeza regular dos acessos e da área afeta à obra, sobretudo quando forem vertidos materiais de construção ou residuais da obra, e interditará a realização de queimas a céu aberto de qualquer tipo de resíduo;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- xi. O empreiteiro deverá, ainda, assegurar a rega controlada e regular da área afeta à obra e nos locais onde possa ocorrer a produção, acumulação e suspensão de poeiras, nomeadamente em dias secos e ventosos;
- w) A elaboração do Plano de Segurança e Saúde (PSS) em obra que terá de prever a execução de todos os trabalhos e implementação das medidas previstas nas normas e regulamentos em vigor sobre a Segurança e Saúde, quer para o estaleiro quer para os trabalhos constantes na obra, incluindo todos os fornecimentos e montagem de equipamentos, assim com a realização e apresentação de toda a documentação e compilação técnica;

**Clausula 29.ª**

**Redes de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações**

1. O Cocontratante deve licenciar, construir e manter em funcionamento as redes provisórias de abastecimento de água, de esgotos, de energia elétrica e de telecomunicações definidas neste Caderno de Encargos ou no projeto ou, na sua omissão, que satisfaçam as exigências da obra e do pessoal.
2. A manutenção e a exploração das redes referidas na cláusula anterior, bem como as diligências necessárias à obtenção das respetivas licenças, são da responsabilidade do Cocontratante.
3. Sempre que na obra se utilize água não potável, deverá colocar-se, nos locais convenientes, a inscrição «Água imprópria para beber».
4. As redes provisórias de energia elétrica deverão obedecer ao que for aplicável na regulamentação em vigor.
5. Sempre que haja lugar à aprovação prévia do projeto de redes elétricas do estaleiro, o Empreiteiro entregará à entidade de Fiscalização cópia do projeto aprovado e respetivo certificado, antes de iniciar a execução dos trabalhos.
6. As redes definitivas de água, esgotos, gás e energia elétrica poderão ser utilizadas durante os trabalhos.
7. Os custos relativos a água, gás, energia e comunicações, constituem encargo do Empreiteiro.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 30.ª**

**Demolições e esgotos**

1. Consideram-se incluídas no contrato quaisquer demolições necessárias, quer se encontrem previstas no projeto ou neste Caderno de Encargos, quer não.
2. Os trabalhos de demolição referidos no número anterior compreendem a demolição das construções cuja existência seja evidente e que ocupem locais de implantação da obra, salvo indicação em contrário deste Caderno de Encargos do Dono de Obra, bem como a remoção completa, para fora do local da obra, de todos os materiais e entulhos, incluindo as fundações e canalizações não utilizadas e excetuando apenas o que não seja reutilizado em obra ou o Dono da Obra autorize a deixar no terreno.
3. No prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, após a receção provisória, o Cocontratante terá de remover do local da obra e estaleiro os restos de materiais, elementos de construção, entulhos, equipamento diverso, instalações provisórias e tudo o mais que tenha servido para a execução da obra.
4. Caso se verifique incumprimento do disposto no número anterior, e sem prejuízo da responsabilidade do Cocontratante por quaisquer danos que daí decorram, o Dono da Obra poderá mandar proceder à limpeza em questão, sendo os encargos daí resultantes deduzidos das quantias ainda em dívida ao Cocontratante, ou da caução prestada.
5. O Cocontratante tomará as precauções necessárias para assegurar em boas condições o desmonte, armazenamento e a conservação dos materiais e elementos de construção, sendo responsável por todos os danos que eventualmente venham a sofrer ou a causar.

**Cláusula 31.ª**

**Plano de trabalhos ajustado**

- 1) Até à data da primeira consignação parcial, o dono da obra pode apresentar ao empreiteiro um plano final de consignação, que densifique e concretize o plano inicialmente apresentado.
- 2) Entre a data da notificação do plano final de consignação e a data para a conclusão da consignação total, deve o cocontratante, quando tal se revele necessário, apresentar, nos termos e para os efeitos do artigo



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

361.º do CCP, o plano de trabalhos ajustado e o respetivo plano de pagamentos e cronograma financeiro, observando na sua elaboração a metodologia fixada no presente caderno de encargos.

3) O plano de trabalhos ajustado não pode implicar a alteração do preço contratual, nem a alteração do prazo de conclusão da obra nem ainda alterações aos prazos parciais definidos no plano de trabalhos constante do Contrato, para além do que seja estritamente necessário à adaptação do plano de trabalhos ao plano final de consignação.

4) O plano de trabalhos ajustado deve, nomeadamente:

a) Definir com precisão os momentos de início e de conclusão da empreitada, bem como a sequência, o escalonamento no tempo, o intervalo e o ritmo de execução das diversas espécies de trabalho, distinguindo as fases que porventura se considerem vinculativas e a unidade de tempo que serve de base à programação;

b) Indicar as quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra necessária, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

c) Indicar as quantidades e a natureza do equipamento necessário, em cada unidade de tempo, à execução da empreitada;

d) Especificar quaisquer outros recursos, exigidos ou não no presente caderno de encargos, que serão mobilizados para a realização da obra.

e) O plano de pagamentos e cronograma financeira devem conter a previsão, quantificada e escalonada no tempo, do valor dos trabalhos a realizar pelo empreiteiro, na periodicidade definida para os pagamentos a efetuar pelo dono da obra, de acordo com o plano de trabalhos ajustado.

### **Cláusula 32.<sup>a</sup>**

#### **Modificação do plano de trabalhos e do plano de pagamentos**

1. O dono da obra pode modificar em qualquer momento o plano de trabalhos em vigor por razões de interesse público.

2. No caso previsto no número anterior, o empreiteiro tem direito à reposição do equilíbrio financeiro do Contrato, se for caso disso, em função dos danos sofridos em consequência dessa



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

modificação, mediante reclamação a apresentar no prazo de 30 dias a contar da data da notificação da mesma, que deve conter os elementos referidos no n.º 3 do artigo 354.º do CCP.

3. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra um plano de trabalhos modificado.

4. Sem prejuízo do número anterior, em caso de desvio do plano de trabalhos que, injustificadamente, ponha em risco o cumprimento do prazo de execução da obra ou dos respetivos prazos parcelares, o dono da obra pode notificar o empreiteiro para apresentar, no prazo de dez dias, um plano de trabalhos modificado, adotando as medidas de correção que sejam necessárias à recuperação do atraso verificado.

5. Em quaisquer situações em que se verifique a necessidade de o plano de trabalhos em vigor ser alterado, independentemente de tal se dever a facto imputável ao empreiteiro, deve este apresentar ao dono da obra, um plano de trabalhos modificado

6. Sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 373.º do CCP, o dono da obra pronuncia-se sobre as alterações propostas pelo empreiteiro ao abrigo dos n.ºs 3 e 4 da presente cláusula no prazo de dez dias, equivalendo a falta de pronúncia a aceitação do novo plano.

7. Em qualquer dos casos previstos nos números anteriores, o plano de trabalhos modificado apresentado pelo empreiteiro deve ser aceite pelo dono da obra desde que dele não resulte prejuízo para a obra ou prorrogação dos prazos de execução.

8. Sempre que o plano de trabalhos seja modificado, deve ser feito o consequente reajustamento do plano de pagamentos.

### **Cláusula 33.ª**

#### **Prazo de execução do contrato**

1. O prazo de execução da empreitada é o indicado na proposta do Cocontraente, contado da data da consignação.
2. O empreiteiro obriga-se a:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- a) Iniciar a execução da obra na data da conclusão da consignação total ou da primeira consignação parcial ou ainda da data em que o dono da obra comunique ao empreiteiro a aprovação do plano de segurança e saúde, caso esta última data seja posterior;
  - b) Cumprir todos os prazos parciais vinculativos de execução previstos no plano de trabalhos em vigor;
  - c) Concluir a execução da obra no prazo contratual, e solicitar a realização de vistoria da obra para efeitos da sua receção provisória após a conclusão dos trabalhos.
  - d) O prazo previsto para a execução da construção é de 7 meses;
3. No caso de se verificarem atrasos injustificados na execução de trabalhos em relação ao plano de trabalhos em vigor, imputáveis ao empreiteiro, este é obrigado, a expensas suas, a tomar todas as medidas de reforço de meios de ação e de reorganização da obra necessárias à recuperação dos atrasos e ao cumprimento do prazo de execução.
4. Quando o empreiteiro, por sua iniciativa, proceda à execução de trabalhos fora das horas regulamentares ou por turnos, sem que tal se encontre previsto no caderno de encargos ou resulte de caso de força maior, pode o dono da obra exigir-lhe o pagamento dos acréscimos de custos das horas suplementares de serviço a prestar pelos representantes da fiscalização.
5. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

**Cláusula 34.<sup>a</sup>**

**Cumprimento do plano de trabalhos**

- 1. O empreiteiro informa mensalmente o diretor de fiscalização da obra dos desvios que se verifiquem entre o desenvolvimento efetivo de cada uma das espécies de trabalhos e as previsões do plano em vigor.
- 2. Quando os desvios assinalados pelo empreiteiro, nos termos do número anterior, não coincidirem com os desvios reais, o diretor de fiscalização da obra notifica-o dos que considera existirem.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

3. No caso de o empreiteiro retardar injustificadamente a execução dos trabalhos previstos no plano em vigor, de modo a pôr em risco a conclusão da obra dentro do prazo contratual, é aplicável o disposto na cláusula 35.<sup>a</sup>.

**Cláusula 35.<sup>a</sup>**

**Multas por violação dos prazos contratuais**

- 1 - Em caso de atraso no início ou na conclusão da execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, o dono da obra pode aplicar uma sanção contratual, por cada dia de atraso, em valor correspondente a 1‰ do preço contratual.
- 2 - No caso de incumprimento de prazos parciais de execução da obra por facto imputável ao empreiteiro, é aplicável o disposto no n.º 1, sendo o montante da sanção contratual aí prevista reduzido a metade.
- 3 - O empreiteiro tem direito ao reembolso das quantias pagas a título de sanção contratual por incumprimento dos prazos parciais de execução da obra quando recupere o atraso na execução dos trabalhos e a obra seja concluída dentro do prazo de execução do Contrato.

**Cláusula 36.<sup>a</sup>**

**Atos e direitos de terceiros**

1. Sempre que o empreiteiro sofra atrasos na execução da obra em virtude de qualquer facto imputável a terceiros, deve, no prazo de 10 dias a contar da data em que tome conhecimento da ocorrência, informar, por escrito, o diretor de fiscalização da obra, a fim de o dono da obra ficar habilitado a tomar as providências necessárias para diminuir ou recuperar tais atrasos.
2. No caso de os trabalhos a executar pelo empreiteiro serem suscetíveis de provocar prejuízos ou perturbações a um serviço de utilidade pública, o empreiteiro, se disso tiver ou dever ter conhecimento, comunica, antes do início dos trabalhos em causa, ou no decorrer destes, esse facto ao diretor de fiscalização da obra, para que este possa tomar as providências que julgue necessárias perante a entidade concessionária ou exploradora daquele serviço.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 37.<sup>a</sup>**

**Condições gerais de execução dos trabalhos**

1. A obra deve ser executada de acordo com as regras da arte e em perfeita conformidade com o projeto, com o presente caderno de encargos e com as demais condições técnicas contratualmente estipuladas.
2. A obra deve igualmente ser executada observando o Princípio “Não Prejudicar Significativamente”, no que concerne às exigências legais relativas à melhoria do desempenho energético dos edifícios.
3. Relativamente às técnicas construtivas a adotar, o empreiteiro fica obrigado a seguir, no que seja aplicável aos trabalhos a realizar, o conjunto de prescrições técnicas definidas nos termos da cláusula 2.<sup>a</sup>.
4. O empreiteiro pode propor ao dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, a substituição dos métodos e técnicas de construção ou dos materiais previstos no presente caderno de encargos e no projeto por outros que considere mais adequados, sem prejuízo da obtenção das características finais especificadas para a obra.

**Cláusula 38.<sup>a</sup>**

**Especificações dos equipamentos, dos materiais e elementos de construção**

1. Os equipamentos, materiais e elementos de construção a empregar na obra terão a qualidade, as dimensões, a forma e as demais características definidas no respetivo projeto e nos restantes documentos contratuais, com as tolerâncias regulamentares ou admitidas nestes documentos.
2. Sempre que o projeto e os restantes documentos contratuais não fixem as respetivas características, o empreiteiro não poderá empregar materiais ou elementos de construção que não correspondam às características da obra ou que sejam de qualidade inferior aos usualmente empregues em obras que se destinem a idêntica utilização.
3. No caso de dúvida quanto aos materiais e elementos de construção a empregar nos termos dos números anteriores, devem observar-se as normas portuguesas em vigor, desde que compatíveis com o direito comunitário, ou, na falta desta, as normas utilizadas na União Europeia.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 39.<sup>a</sup>**

**Materiais e elementos de construção pertencentes ao dono da obra**

1. Se o dono da obra, mediante prévia consulta ao autor do projeto, entender conveniente empregar na mesma materiais ou elementos de construção que lhe pertençam ou provenientes de outras obras ou demolições, o empreiteiro será obrigado a fazê-lo, descontando-se, se for caso disso, no preço da empreitada o respetivo custo ou retificando se o preço dos trabalhos em que aqueles forem aplicados.
2. O disposto no número anterior não será aplicável se o empreiteiro demonstrar já haver adquirido os materiais necessários para a execução dos trabalhos ou na medida em que o tiver feito.

**Cláusula 40.<sup>a</sup>**

**Aprovação de equipamento, materiais e elementos de construção**

1. Sempre que deva ser verificada a conformidade das características dos equipamentos, materiais e elementos de construção a aplicar com as estabelecidas no projeto e nos restantes documentos contratuais, o empreiteiro submetê-los-á à aprovação do dono da obra.
2. Em qualquer momento poderá o empreiteiro solicitar a referida aprovação, considerando-se a mesma concedida se o dono da obra não se pronunciar nos 15 dias subsequentes, exceto no caso de serem exigidos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo, no entanto, tal facto ser comunicado, no mesmo período de tempo, pelo dono da obra ao empreiteiro.
3. O empreiteiro é obrigado a fornecer ao dono da obra as amostras de materiais e elementos de construção que este lhe solicitar.
4. A colheita e remessa das amostras deverão ser feitas de acordo com as normas oficiais em vigor ou outras que sejam contratualmente impostas.
5. Salvo disposição em contrário, os encargos com a realização dos ensaios correrão por conta do dono da obra.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 41.ª**

**Reclamação contra a não aprovação de materiais e elementos de construção**

1. Se for negada a aprovação dos materiais e elementos de construção e o empreiteiro entender que a mesma devia ter sido concedida pelo facto de estes satisfazerem as condições contratuamente estabelecidas, este poderá pedir a imediata colheita de amostras e apresentar ao dono da obra reclamação fundamentada no prazo de 10 dias.
2. A reclamação considera-se deferida se o dono da obra não notificar o empreiteiro da respetiva decisão nos 15 dias subsequentes à sua apresentação, exceto no caso de serem exigidos novos ensaios que impliquem o alargamento deste prazo, devendo tal facto ser comunicado, no mesmo prazo, pelo dono da obra ao empreiteiro.
3. Os encargos com os novos ensaios a que a reclamação do empreiteiro dê origem serão suportados pela parte que decair.

**Cláusula 42.ª**

**Efeitos da aprovação dos materiais e elementos de construção**

1. Uma vez aprovados os materiais e elementos de construção para a obra, não podem os mesmos ser posteriormente rejeitados, salvo se ocorrerem circunstâncias que modifiquem a sua qualidade.
2. No ato de aprovação dos materiais e elementos de construção poderá o empreiteiro exigir que se colham amostras de qualquer deles.
3. Se a modificação da qualidade dos materiais e elementos de construção resultar de causa imputável ao empreiteiro, este deverá substituí-los à sua custa.

**Cláusula 43.ª**

**Aplicação dos materiais e elementos de construção**

Os materiais e elementos de construção devem ser aplicados pelo empreiteiro em absoluta conformidade com as especificações técnicas contratuamente estabelecidas, seguindo-se, na falta de tais especificações, as



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

normas oficiais em vigor ou, se estas não existirem, os processos propostos pelo empreiteiro e aprovados pelo dono da obra.

**Cláusula 44.<sup>a</sup>**

**Substituição de materiais e elementos de construção**

1. Serão rejeitados, removidos para fora do local dos trabalhos e substituídos por outros com os necessários requisitos os materiais e elementos de construção que:
  - a) Sejam diferentes dos aprovados;
  - b) Não sejam aplicados em conformidade com as especificações técnicas contratualmente exigidas ou, na falta destas, com as normas ou processos a observar e que não possam ser utilizados de novo.
2. As demolições e a remoção e substituição dos materiais e elementos de construção serão da responsabilidade do empreiteiro.
3. Se o empreiteiro entender que não se verificam as hipóteses previstas no n.º 1 desta cláusula, poderá pedir a colheita de amostras e reclamar.

**Cláusula 45.<sup>a</sup>**

**Depósito de materiais e elementos de construção não destinados à obra**

O empreiteiro não poderá depositar nos estaleiros, sem autorização do dono da obra, materiais e elementos de construção que não se destinem à execução dos trabalhos da empreitada.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 46.<sup>a</sup>**

**Menções obrigatórias no local dos trabalhos**

1. Sem prejuízo do cumprimento das obrigações decorrentes da legislação em vigor, o empreiteiro deve afixar no local dos trabalhos, de forma visível, a identificação da obra, do dono da obra e do empreiteiro, com menção do respetivo alvará de empreiteiro de obras públicas, e manter cópia dos alvarás ou certificados de empreiteiro de obras públicas dos subcontratados.
2. O empreiteiro deve ter patente no local da obra, em bom estado de conservação, o livro de registo da obra e um exemplar do projeto, do caderno de encargos, do clausulado contratual e dos demais documentos a respeitar na execução da empreitada, com as alterações que neles hajam sido introduzidas.
3. O empreiteiro obriga-se também a ter patente no local da obra o horário de trabalho em vigor, bem como a manter, à disposição de todos os interessados, o texto dos contratos coletivos de trabalho aplicáveis.
4. Nos estaleiros de apoio da obra devem igualmente estar patentes os elementos do projeto respeitantes aos trabalhos aí em curso.
- 5.

**Cláusula 47.<sup>a</sup>**

**Ensaaios**

1. Os ensaios a realizar na obra ou em partes da obra para verificação das suas características e comportamentos são os especificados no presente caderno de encargos [*indicar, se for o caso, quais os ensaios que o dono da obra pretende ver realizados*] e os previstos nos regulamentos em vigor e constituem encargo do empreiteiro.
2. Quando o dono da obra tiver dúvidas sobre a qualidade dos trabalhos, pode exigir a realização de quaisquer outros ensaios que se justifiquem, para além dos previstos.
3. No caso de os resultados dos ensaios referidos no número anterior se mostrarem insatisfatórios e as deficiências encontradas forem da responsabilidade do empreiteiro, as despesas com os mesmos ensaios



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

e com a reparação daquelas deficiências ficarão a seu cargo, sendo, no caso contrário, de conta do dono da obra.

**Cláusula 48.<sup>a</sup>**

**Medições**

1. As medições de todos os trabalhos executados, incluindo os trabalhos não previstos no projeto e os trabalhos não devidamente ordenados pelo dono da obra são feitas no local da obra com a colaboração do empreiteiro e são formalizados em auto.
2. As medições são efetuadas mensalmente, devendo estar concluídas até ao oitavo dia do mês imediatamente seguinte àquele a que respeitam.
3. Os métodos e os critérios a adotar para a realização das medições respeitam a seguinte ordem de prioridades:
  - a) As normas oficiais de medição que porventura se encontrem em vigor;
  - b) As normas definidas no projeto de execução;
  - c) As normas definidas pelo Laboratório Nacional de Engenharia Civil;
  - d) Os critérios geralmente utilizados ou, na falta deles, os que forem acordados entre o dono da obra e o empreiteiro.

**Cláusula 49.<sup>a</sup>**

**Execução simultânea de outros trabalhos no local da obra**

- 1 - O dono da obra reserva-se o direito de executar ele próprio ou de mandar executar por outrem, conjuntamente com os da presente empreitada e na mesma obra, quaisquer trabalhos não incluídos no Contrato.
- 2 - Os trabalhos referidos no número anterior são executados em colaboração com o diretor de fiscalização da obra, de modo a evitar atrasos na execução do Contrato ou outros prejuízos.
- 3 - Quando o empreiteiro considere que a normal execução da empreitada está a ser impedida ou a sofrer atrasos em virtude da realização simultânea dos trabalhos previstos no n.º 1, deve apresentar a sua



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

reclamação no prazo de dez dias a contar da data da ocorrência, a fim de serem adotadas as providências adequadas à diminuição ou eliminação dos prejuízos resultantes da realização daqueles trabalhos.

Pessoal

**Cláusula 50.<sup>a</sup>**

**Obrigações gerais**

1. São da exclusiva responsabilidade do empreiteiro as obrigações relativas ao pessoal empregado na execução da empreitada, à sua aptidão profissional e à sua disciplina.
2. O empreiteiro deve manter a boa ordem no local dos trabalhos, devendo retirar do local dos trabalhos, por sua iniciativa ou imediatamente após ordem do dono da obra, o pessoal que haja tido comportamento perturbador dos trabalhos, designadamente por menor probidade no desempenho dos respetivos deveres, por indisciplina ou por desrespeito de representantes ou agentes do dono da obra e do empreiteiro, dos subempreiteiros ou de terceiros.
3. A ordem referida no número anterior deve ser fundamentada por escrito quando o empreiteiro o exija, mas sem prejuízo da imediata suspensão do pessoal.
4. As quantidades e a qualificação profissional da mão-de-obra aplicada na empreitada devem estar de acordo com as necessidades dos trabalhos, tendo em conta o respetivo plano.

**Cláusula 51.<sup>o</sup>**

**Horário de trabalho**

O empreiteiro pode realizar trabalhos fora do horário de trabalho, ou por turnos, desde que, para o efeito, obtenha autorização da entidade competente, se necessária, nos termos da legislação aplicável, e dê a conhecer, por escrito, com antecedência suficiente, o respetivo programa ao diretor de fiscalização da obra, ficando responsável pelos custos que o dono da obra tiver a mais com o trabalho da fiscalização.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 52.<sup>a</sup>**

**Segurança, higiene e saúde no trabalho**

1. O empreiteiro fica sujeito ao cumprimento das disposições legais e regulamentares em vigor sobre segurança, higiene e saúde no trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, bem como a outras pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados, correndo por sua conta os encargos que resultem do cumprimento de tais obrigações.
2. O empreiteiro é ainda obrigado a acautelar, em conformidade com as disposições legais e regulamentares aplicáveis, a vida e a segurança do pessoal empregado na obra e a prestar-lhe a assistência médica de que careça por motivo de acidente no trabalho.
3. No caso de negligência do empreiteiro no cumprimento das obrigações estabelecidas nos números anteriores, o diretor de fiscalização da obra pode tomar, à custa daquele, as providências que se revelem necessárias, sem que tal facto diminua as responsabilidades do empreiteiro.
4. Antes do início dos trabalhos e, posteriormente, sempre que o diretor de fiscalização da obra o exija, o empreiteiro apresenta apólices de seguro contra acidentes de trabalho relativamente a todo o pessoal empregado na obra, nos termos previstos na cláusula 58.<sup>a</sup>.
5. O empreiteiro responde, a qualquer momento, perante o diretor de fiscalização da obra, pela observância das obrigações previstas nos números anteriores, relativamente a todo o pessoal empregado na obra e às pessoas intervenientes temporária ou permanentemente no estaleiro da obra, incluindo fornecedores e visitantes autorizados.

**Obrigações do dono da obra**

**Cláusula 53.<sup>a</sup>**

**Preço e condições de pagamento**

1. Pela execução da empreitada e pelo cumprimento das demais obrigações decorrentes do Contrato, deve o dono da obra pagar ao empreiteiro a quantia total constante do contrato, sendo



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

acrescida de IVA à taxa legal em vigor, no caso de o empreiteiro ser sujeito passivo desse imposto pela execução do Contrato.

2. Os pagamentos a efetuar pelo dono da obra têm uma periodicidade mensal, sendo o seu montante determinado por medições mensais a realizar de acordo com o disposto na cláusula 48.<sup>a</sup>.
3. Os pagamentos são efetuados no prazo máximo de 60 dias após a apresentação da respetiva fatura.
4. As faturas e os respetivos autos de medição são elaborados de acordo com o modelo e respetivas instruções fornecidos pelo diretor de fiscalização da obra.
5. Cada auto de medição deve referir todos os trabalhos constantes do plano de trabalhos que tenham sido concluídos durante o mês, sendo a sua aprovação pelo diretor de fiscalização da obra condicionada à realização completa daqueles.
6. No caso de falta de aprovação de alguma fatura em virtude de divergências entre o diretor de fiscalização da obra e o empreiteiro quanto ao seu conteúdo, deve aquele devolver a respetiva fatura ao empreiteiro, para que este elabore uma fatura com os valores aceites pelo diretor de fiscalização da obra e uma outra com os valores por este não aprovados.
7. O disposto no número anterior não prejudica o prazo de pagamento estabelecido no n.º 3 no que respeita à primeira fatura emitida, que se aplica quer para os valores desde logo aceites pelo diretor de fiscalização da obra, quer para os valores que vierem a ser aceites em momento posterior, mas que constavam da primeira fatura emitida.

**Cláusula 54.<sup>a</sup>**

**Adiantamentos ao empreiteiro**

1. O empreiteiro pode solicitar, através de pedido fundamentado ao dono da obra, um adiantamento da parte do custo da obra necessária à aquisição de materiais ou equipamentos cuja utilização haja sido prevista no plano de trabalhos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

2. Sem prejuízo do disposto nos artigos 292.º e 293.º do CCP, o adiantamento referido no número anterior só pode ser pago depois de o empreiteiro ter comprovado a prestação de uma caução do valor do adiantamento, através de títulos emitidos ou garantidos pelo Estado, garantia bancária ou seguro-caução.
3. Todas as despesas decorrentes da prestação da caução prevista no número anterior correm por conta do empreiteiro.
4. A caução para garantia de adiantamentos de preço é progressivamente liberada à medida que forem executados os trabalhos correspondentes ao pagamento adiantado que tenha sido efetuado pelo dono da obra, nos termos do n.º 2 do artigo 295.º do CCP.

**Cláusula 55.ª**

**Descontos nos pagamentos**

- 1 - Para reforço da caução prestada com vista a garantir o exato e pontual cumprimento das obrigações contratuais, às importâncias que o empreiteiro tenha a receber em cada um dos pagamentos parciais previstos é deduzido o montante correspondente a 2% desse pagamento.
- 2 - O desconto para garantia pode, a todo o tempo, ser substituído por depósito de títulos, garantia bancária ou seguro-caução, nos mesmos termos previstos no convite para a caução referida no número anterior.

**Cláusula 56.ª**

**Mora no pagamento**

O empreiteiro tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida, à taxa em vigor, pelo período correspondente à mora de atraso do pagamento pelo dono da obra.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 57.ª**

**Revisão de preços**

1. A revisão dos preços contratuais, como consequência de alteração dos custos de mão-de obra, de materiais ou de equipamentos de apoio durante a execução da empreitada, é efetuada nos termos do disposto no Decreto-Lei n.º 6/2004, de 6 de janeiro, na sua atual redação, na modalidade de Fórmula Polinomial, devendo obedecer à **Fórmula F04 (edifícios para o setor da saúde)**.
2. Os índices ponderados dos custos dos materiais publicados no Diário da República são relativos ao período a que respeita a revisão e ao mês anterior ao da data limite fixada para a entrega das propostas.
3. A revisão de preços será sempre feita de acordo com o plano de pagamentos aprovado, nos termos do artigo 4.º do Decreto-Lei n.º 73/2021, de 18 de agosto.

Seguros

**Cláusula 58ª**

**Contratos de seguro**

- 1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de acidentes de trabalho, cuja apólice deve abranger todo o pessoal a afetar à execução da empreitada, por si contratado a qualquer título, bem como a apresentar comprovativo que o pessoal contratado pelos subempreiteiros possui seguro obrigatório de acidentes de trabalho de acordo com a legislação em vigor em Portugal.
- 2 - O empreiteiro e os seus subcontratados obrigam-se a subscrever e a manter em vigor, durante o período de execução do Contrato, as apólices de seguro previstas nas cláusulas seguintes e na legislação aplicável, das quais deverão exibir cópia e respetivo recibo de pagamento de prémio na data da consignação.
- 3 - O empreiteiro é responsável pela satisfação das obrigações previstas na presente secção, devendo zelar pelo controlo efetivo da existência das apólices de seguro dos seus subcontratados.
- 4 - Sem prejuízo do disposto no n.º 3 da cláusula seguinte, o empreiteiro obriga-se a manter as apólices de seguro referidas no n.º 1 válidas até à data da efetiva receção provisória da obra ou, no caso do seguro



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

relativo aos equipamentos e máquinas auxiliares afetas à obra ou ao estaleiro, até à desmontagem integral do estaleiro.

- 5 - O dono da obra pode exigir, em qualquer momento, cópias e recibos de pagamento das apólices previstas na presente secção ou na legislação aplicável, não se admitindo a entrada no estaleiro de quaisquer equipamentos sem a exibição daquelas cópias e recibos.
- 6 - Todas as apólices de seguro e respetivas franquias previstas na presente secção e restante legislação aplicável constituem encargo único e exclusivo do empreiteiro e dos seus subcontratados, devendo os contratos de seguro ser celebrados com entidade seguradora legalmente autorizada.
- 7 - Os seguros previstos no presente caderno de encargos em nada diminuem ou restringem as obrigações e responsabilidades legais ou contratuais do empreiteiro perante o dono da obra e perante a lei.
- 8 - Em caso de incumprimento por parte do empreiteiro das obrigações de pagamento dos prémios referentes aos seguros mencionados, o dono da obra reserva-se o direito de se substituir àquele, ressarcindo-se de todos os encargos envolvidos e/ou por ele suportados.

**Cláusula 59.<sup>a</sup>**

**Outros sinistros**

- 1 - O empreiteiro obriga-se a celebrar um contrato de seguro de responsabilidade civil automóvel cuja apólice deve abranger toda a frota de veículos de locomoção própria por si afetos à obra, que circulem na via pública ou no local da obra, independentemente de serem veículos de passageiros e de carga, máquinas ou equipamentos industriais, de acordo com as normas legais sobre responsabilidade civil automóvel (riscos de circulação), bem como apresentar comprovativo que os veículos afetos às obras pelos subempreiteiros se encontram segurado.
- 2 - O empreiteiro obriga-se ainda a celebrar um contrato de seguro relativo aos danos próprios do equipamento, máquinas auxiliares e estaleiro, cuja apólice deve cobrir todos os meios auxiliares que vier a utilizar no estaleiro, incluindo bens imóveis, armazéns, abarracamentos, refeitórios, camaratas, oficinas e máquinas e equipamentos fixos ou móveis, onde devem ser garantidos os riscos de danos próprios.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- 3 - O capital mínimo seguro pelo contrato referido nos números anteriores deve perfazer, no total, um capital seguro que não pode ser inferior ao capital mínimo seguro obrigatório para os riscos de circulação (ramo automóvel).
- 4 - No caso dos bens imóveis referidos no n.º 2, a apólice deve cobrir, no mínimo, os riscos de incêndio, raio, explosão e riscos catastróficos, devendo o capital seguro corresponder ao respetivo valor patrimonial.

Representação das partes e controlo da execução do contrato

**Cláusula 60.ª**

**Representação do empreiteiro**

1. Durante a execução do Contrato, o empreiteiro é representado por um diretor de obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação diversa no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O empreiteiro obriga-se confiar a representação da obra a um técnico que cumpra o fixado na Lei n.º 31/2009, de 3 de julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de junho, conforme consta dos documentos de habilitação entregues.
3. As ordens, os avisos e as notificações que se relacionem com os aspetos técnicos da execução da empreitada são dirigidos diretamente ao diretor de obra.
4. O diretor de obra acompanha assiduamente os trabalhos e está presente no local da obra sempre que para tal seja convocado.
5. O dono da obra poderá impor a substituição do diretor de obra, devendo a ordem respetiva ser fundamentada por escrito, com base em razões objetivas e ou inerentes à atuação profissional do diretor de obra.
6. Na ausência ou impedimento do diretor de obra, o empreiteiro é representado por quem aquele indicar para esse efeito, devendo estar habilitado com os poderes necessários para responder, perante o diretor de fiscalização da obra, pela marcha dos trabalhos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

7. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação aplicável em matéria de segurança, higiene e saúde no trabalho.
8. O empreiteiro deve designar um responsável pelo cumprimento da legislação em matéria de aplicação do plano de gestão de resíduos da construção e demolição.

**Cláusula 61.<sup>a</sup>**

**Representação do dono da obra**

1. Durante a execução o dono da obra é representado por um diretor de fiscalização da obra, salvo nas matérias em que, em virtude da lei ou de estipulação distinta no caderno de encargos ou no contrato, se estabeleça diferente mecanismo de representação.
2. O dono da obra notifica o empreiteiro da identidade do diretor de fiscalização da obra que designe para a fiscalização local dos trabalhos até à data da consignação ou da primeira consignação parcial.
3. O diretor de fiscalização da obra tem poderes de representação do dono da obra em todas as matérias relevantes para a execução dos trabalhos, nomeadamente para resolver todas as questões que lhe sejam postas pelo empreiteiro nesse âmbito, excetuando as matérias de modificação, resolução ou revogação do contrato.

**Cláusula 62.<sup>a</sup>**

**Livro de registo da obra**

- 1 - O empreiteiro organiza um registo da obra, em livro adequado, com as folhas numeradas e rubricadas por si e pelo diretor de fiscalização da obra, contendo uma informação sistemática e de fácil consulta dos acontecimentos mais importantes relacionados com a execução dos trabalhos.
- 2 - Os factos a consignar obrigatoriamente no registo da obra são, para além dos referidos no n.º 3 do artigo 304.º e no n.º 3 do artigo 305.º do CCP, os seguintes:
  - a) Acidentes ou danos nos trabalhos;



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA  
DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- b) Identificação dos alvarás ou certificados de todos os subempreiteiros e dos respetivos representantes permanentes em obra;
  - c) Início e conclusão das diversas espécies e fases de trabalhos, constantes do Plano de Trabalhos;
  - d) Datas de chegada e retirada do equipamento principal;
  - e) Suspensão ou paralisação do trabalho e respetiva causas ou motivos;
  - f) Todos os acontecimentos que eventualmente possam ter influência quer no custo, quer nos prazos de execução dos trabalhos ou da própria empreitada;
  - g) Todas as alterações aos processos executivos e aos materiais inicialmente adotados;
  - h) Todos os desvios em relação às datas previstas de início e conclusão dos trabalhos, bem como as razões que eventualmente as justifiquem;
  - i) Em anexo, boletins dos ensaios dos materiais acompanhados das respetivas decisões de receção;
  - j) Referência e listagem da correspondência trocada;
  - k) Atas das reuniões de coordenação da empreitada (em anexo).
- 3 - Os anexos constantes do livro de registo da obra fazem parte integrante do mesmo.
- 4 - O livro de registo ficará patente no local da obra, ao cuidado do diretor da obra, que o deverá apresentar sempre que solicitado pelo diretor de fiscalização da obra ou por entidades oficiais com jurisdição sobre os trabalhos.

**Receção e liquidação da obra**

**Cláusula 63.<sup>a</sup>**

**Compilação técnica**

1. O Cocontratante é responsável, desde a elaboração do Projeto de Execução, pela constituição, organização e atualização permanente durante a execução da Obra, da compilação técnica respetiva, de acordo com as disposições legais aplicáveis e nos termos previstos no Caderno de Encargos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

2. A compilação técnica deve ser constituída do seguinte modo:

- a) Primeira parte – contém a identificação dos membros da equipa de Projeto, entidade revisora, do coordenador de segurança em projeto e em obra, executantes da Obra, incluindo os subcontratados e trabalhadores independentes cuja intervenção seja relevante nas características da Obra;
- b) Segunda parte – integra as informações técnicas relativas ao Projeto, designadamente as referentes aos aspetos estruturais, redes técnicas, sistemas, materiais utilizados e os equipamentos instalados, que sejam relevantes em matéria de segurança na sua utilização, conservação e manutenção.

3. A segunda parte da compilação técnica deve ser instruída com as memórias descritivas, especificações técnicas, telas finais, manuais de operação, manuais de conservação e manutenção e manuais de formação e informações úteis para a planificação da segurança e saúde na realização dos trabalhos em locais de acesso e circulação que apresentem riscos.

4. O Empreiteiro deve facultar ao Coordenador de Segurança em obra, no decorrer da empreitada, todos os elementos necessários à compilação técnica. A apresentação destes elementos deve ser faseada ao longo do prazo da obra e terá lugar logo que os mesmos estejam disponíveis.

5. Até ao limite da data da Receção Provisória o Cocontratante entregará ao Dono de Obra uma coleção atualizada de todas as peças escritas e desenhadas de projeto, telas finais, em função da obra efetivamente realizada, cuja organização, número de exemplares e forma de entregue deve cumprir as exatas condições com que foi promovida a entrega do Projeto de Execução.

6. A receção provisória da obra não poderá ter lugar enquanto o Empreiteiro não fornecer todos os elementos necessários à elaboração da compilação técnica e sem que as telas finais se encontrem aprovadas pelo Dono da Obra ou pela Fiscalização.

7. A compilação técnica de cada obra inclui os seguintes elementos:

- a) Memória descritiva;
- b) Caracterização da obra;

8. Cada um dos elementos referidos no ponto anterior deverá integrar:

- a) Memória descritiva:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- Identificação e endereço dos intervenientes na fase de construção (dono da obra/promotor, projetistas, coordenadores de segurança, em projeto e em obra, fiscalização, empreiteiro, e subempreiteiros cujas intervenções sejam relevantes);

• Data de início e conclusão da obra, auto de receção provisória e prazo de garantia da obra. b) Caracterização da obra:

- Descrição sumária da obra (aspetos estruturais relevantes, tipo de envolvente, tipo de cobertura, etc.);
- Telas finais da obra construída;
- Estudo geológico e geotécnico do terreno;
- Projeto de infraestruturas técnicas de ligação ao exterior (serviços afetados);
- Resultados dos ensaios do betão;
- Referir eventuais materiais que sejam relevantes para a prevenção de riscos profissionais na fase de utilização;
- Certificados de garantia dos equipamentos;
- Manuais de utilização dos edifícios e manutenção dos equipamentos;
- Documentos de vistoria;
- Informações técnicas respeitantes aos equipamentos instalados que sejam relevantes para a prevenção dos riscos da sua utilização, conservação e manutenção;
- Informações úteis para a planificação da segurança e saúde na realização de trabalhos em locais da obra edificada cujo acesso e circulação apresentem riscos.

9. O Empreiteiro obriga-se a elaborar as telas finais da arquitetura e das diversas especialidades da obra realizada, até à data da receção provisória.

10. O Empreiteiro obriga-se a entregar ao Dono da Obra 2 (duas) coleções de telas finais em papel, devidamente assinadas pelos responsáveis do Empreiteiro pela sua realização, bem como 2 (dois) exemplares em suporte digital, cumprindo o estipulado no Regulamento Nacional de Interoperabilidade Digital (RNID), que define as especificações técnicas e os formatos digitais a adotar pela Administração Pública, nos termos previstos na Lei n.º 36/2011, de 21 de junho, na sua reação atual. São ainda aceites documentos nos seguintes formatos digitais: dwg e dwf, estes últimos devidamente assinados digitalmente



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

11. Em caso de incumprimento, o Dono da Obra poderá mandar elaborar as telas finais da obra realizada, a expensas do Empreiteiro.
12. Os encargos com a elaboração das telas finais e dos restantes elementos da compilação técnica são da responsabilidade do Empreiteiro, devendo ser incluídos nos preços unitários da proposta caso não existam artigos específicos no mapa de quantidades de trabalhos.
13. O Empreiteiro fica igualmente obrigado à apresentação, do plano de manutenção dos edifícios contruídos, devendo a apresentação ser efetuada pelo menos nos 30 (trinta) dias, anteriores ao prazo de conclusão dos trabalhos, para apreciação e aprovação.
14. Os encargos com a elaboração do plano de manutenção são da responsabilidade do Empreiteiro, devendo ser incluídos nos preços unitários da proposta.
15. Em caso de incumprimento, o Dono da Obra poderá mandar elaborar os elementos da compilação técnica e/ou o plano de manutenção da obra realizada, a expensas do Empreiteiro.

**Cláusula 64.<sup>a</sup>**

**Receção provisória**

1. A receção provisória da obra depende da realização de vistoria, que deve ser efetuada logo que a obra esteja concluída no todo ou em parte, mediante solicitação do empreiteiro ou por iniciativa do dono da obra, tendo em conta o termo final do prazo total ou dos prazos parciais de execução da obra.
2. No caso de serem identificados defeitos da obra que impeçam a sua receção provisória, esta é efetuada relativamente a toda a extensão da obra que não seja objeto de deficiência.
3. O procedimento de receção provisória obedece ao disposto nos artigos 394.º a 396.º do CCP.

**Cláusula 65.<sup>a</sup>**

**Prazo de garantia**

- 1 - 1 - O prazo de garantia varia de acordo com os seguintes tipos de defeitos:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- a) 10 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos estruturais, de acordo com a alínea a) do n.º 2 do artigo 397.º do CCP;
  - b) 5 anos para os defeitos que incidam sobre elementos construtivos não estruturais ou instalações técnicas, de acordo com a alínea b) do n.º 2 do artigo 397.º do CCP;
  - c) 3 anos para os defeitos que incidam sobre equipamentos afetos à obra, mas dela autonomizáveis, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do artigo 397.º do CCP;
- 2 - Caso tenham ocorrido receções provisórias parciais, o prazo de garantia fixado nos termos do número anterior é igualmente aplicável a cada uma das partes da obra que tenham sido recebidas pelo dono da obra.

**Cláusula 66.ª**

**Receção definitiva**

- 1 - No final de cada prazo de garantia previsto na cláusula anterior, é realizada uma nova vistoria à obra para efeitos de receção definitiva.
- 2 - Se a vistoria referida no número anterior permitir verificar que a obra se encontra em boas condições de funcionamento e conservação, esta será definitivamente recebida.
- 3 - A receção definitiva depende, em especial, da verificação cumulativa dos seguintes pressupostos:
  - a) Funcionalidade regular, no termo do período de garantia, em condições normais de exploração, operação ou utilização, da obra e respetivos equipamentos, de forma que cumpram todas as exigências contratualmente previstas;
  - b) Cumprimento, pelo empreiteiro, de todas as obrigações decorrentes do período de garantia relativamente à totalidade ou à parte da obra a receber.
- 4 - No caso de a vistoria referida no n.º 1 permitir detetar deficiências, deteriorações, indícios de ruína ou falta de solidez, da responsabilidade do empreiteiro, ou a não verificação dos pressupostos previstos no número anterior, o dono da obra fixa o prazo para a sua correção dos problemas detetados por parte do empreiteiro, findo o qual será fixado o prazo para a realização de uma nova vistoria nos termos dos números anteriores.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 67.ª**

**Restituição dos depósitos e quantias retidas e liberação da caução**

- 1 - Feita a receção definitiva de toda a obra, são restituídas ao empreiteiro as quantias retidas como garantia ou a qualquer outro título a que tiver direito.
- 2 - No caso de haver lugar a receções definitivas parciais, a liberação da caução é promovida na proporção do valor respeitante à receção parcial.
- 3 - Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, é aplicável ao contrato o regime de liberação da caução previsto nos n.ºs 2 e 3 do artigo 81.º e artigo 82.º do Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro.

**Disposições finais**

**Cláusula 68.ª**

**Deveres de colaboração recíproca e informação**

- 1 - Cada uma das partes deve informar de imediato a outra sobre quaisquer circunstâncias que cheguem ao seu conhecimento e que possam afetar os respetivos interesses na execução do Contrato, de acordo com as regras gerais da boa-fé.
- 2 - Em especial, cada uma das partes deve avisar de imediato a outra de quaisquer circunstâncias, constituam ou não força maior, que previsivelmente impeçam o cumprimento ou o cumprimento tempestivo de qualquer uma das suas obrigações.
- 3 - No prazo de dez dias após a ocorrência de tal impedimento, a parte deve informar a outra do tempo ou da medida em que previsivelmente será afetada a execução do Contrato.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

**Cláusula 69.ª**

**Subcontratação e cessão da posição contratual**

1. A cessão da posição contratual e a subcontratação são admitidas nos termos previstos nos artigos 318.º a 321.º do CCP.
2. É admitida a cessão da posição contratual por incumprimento do cocontratante nos termos previstos no artigo 318.º-A do CCP.
3. A responsabilidade pelo exato e pontual cumprimento de todas as obrigações contratuais é do empreiteiro, ainda que as mesmas sejam cumpridas por recurso a subempreiteiros.

**Cláusula 70.ª**

**Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes do Contrato fica estipulada a competência do tribunal administrativo e fiscal de Ponta Delgada, com expressa renúncia a qualquer outro.

**Cláusula 71.ª**

**Comunicações e notificações**

- 1 - Sem prejuízo de poderem ser acordadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domicílio ou sede contratual de cada uma, identificados no Contrato.
- 2 - Qualquer alteração das informações de contacto constantes do Contrato deve ser comunicada à outra parte.

**Cláusula 72.ª**

**Contagem dos prazos**

- 1 - Os prazos previstos no Contrato contam-se do seguinte modo:



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

- a) Não se inclui na contagem do prazo o dia em que ocorrer o evento a partir do qual o mesmo começa a correr;
- b) Os prazos são contínuos, não se suspendendo nos sábados, domingos e feriados;
- c) O prazo fixado em semanas, meses ou anos, a contar de certa data, termina às 24 horas do dia que corresponda, dentro da última semana, mês ou ano, a essa data, mas se no último mês não existir dia correspondente o prazo finda no último dia desse mês;
- d) O prazo que termine em sábado, domingo, feriado ou em dia em que o serviço perante o qual deva ser praticado o ato não esteja aberto ao público, ou não funcione durante o período normal, transfere-se para o 1.º dia útil seguinte.

**Cláusula 73.ª**  
**Normas aplicáveis**

Em todo o omissos no presente Caderno de Encargos, observar-se-á o disposto no Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, e sucessivas alterações em vigor, o Decreto Legislativo Regional n.º 27/2015/A, de 29 de dezembro, e a restante legislação especialmente aplicável.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

## **Caderno de Encargos**

### **Cláusulas Especiais**

1. A “EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE”, deve obedecer ao programa preliminar anexo ao presente Caderno de Encargos.
2. O preço base do procedimento, para a totalidade dos lotes que constituem o objeto do procedimento proposto, é de **7 800 000,00 €** (sete milhões e oitocentos mil euros), acrescidos do IVA à taxa legal em vigor, desagregado em preço base por lote da seguinte forma:
  - a) **Lote 1** - Empreitada de conceção-construção da Unidade de Saúde de São Roque e Livramento, em Ponta Delgada, com o preço base **4.900.000,00 €** (quatro milhões e novecentos mil euros) em que o valor máximo admissível para a componente conceção, correspondente à elaboração do projeto é de 100.000,00 (cem mil euros) e o valor máximo admissível para a componente de empreitada é de 4.800.000,00 (quatro milhões e oitocentos mil euros ) sendo este o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato;
  - b) **Lote 2** - Empreitada de conceção-construção da Unidade de Saúde da Maia, Ribeira Grande, com o preço base de **2.900.000,00 €** (dois milhões e novecentos mil euros) em que o valor máximo admissível para a componente conceção, correspondente à elaboração do projeto é de 100.000,00 (cem mil euros) e o valor máximo admissível para a componente de empreitada é de 2.800.000,00 (dois milhões e oitocentos mil euros ) sendo este o preço máximo que o contraente público se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações que constituem o objeto do contrato;
3. O adjudicatário deverá entregar até à data de vistoria para a receção da obra os Manuais de Utilização e de Manutenção das instalações especiais, bem como o mapa de acabamentos com a lista de materiais empregues, com indicação da marca, referência, dimensão e cor.
4. A **revisão de preços** obedece à **Fórmula F04**, prevista na Cláusula 57.<sup>a</sup> do presente Caderno de Encargos.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

5. O **prazo** de execução das empreitadas é definido por lote, os prazos são os seguintes:

- a) Lote 1 – 8 meses, dos quais 1 mês é para a fase de conceção e 7 meses para a fase de construção;
- b) Lote 2 – 8 meses, dos quais 1 mês é para a fase de conceção e 7 meses para a fase de construção;

6. **Identificação da Obra:**

6.1 O empreiteiro obriga-se à execução no mínimo 2 placas identificativas da obra, se outra não for indicada nos mapas de trabalhos, que deverão conter nomeadamente a identificação do dono da obra, do empreiteiro, a designação da empreitada e outros elementos especificados neste caderno de encargos, conforme legislação em vigor.

6.2 O empreiteiro deverá proceder à colocação das placas identificativas da obra, no prazo de 8 dias seguidos após a realização da consignação.

7. **Estaleiro e Remoção e gestão de resíduos e entulhos:**

7.1 Estaleiro: A abertura de estaleiro não poderá ser efetuada sem que estejam verificadas as condições legais. O estaleiro deve ser montado com método, obrigando-se o Empreiteiro a entregar ao Dono da Obra, até à data da consignação, um Plano de Estaleiro sujeito à aprovação da fiscalização, no cumprimento das normas de Segurança e Saúde em vigor, nomeadamente o Decreto-Lei nº 273/2003 de 29 de Outubro e o Regulamento Municipal de Edificação e Urbanização, em especial os artigos 53º a 54-B, devendo ainda pautar-se sempre por critérios de arrumo e ordenação que garantam a maior eficiência e rentabilidade possível.

7.2 Remoção de materiais: O Empreiteiro é responsável pela remoção e gestão dos resíduos que se encontrem no local da obra aquando do início dos trabalhos bem como dos materiais rejeitados e sobrantes da execução da mesma, sejam entulhos ou qualquer equipamento que nela tenham sido utilizados e já desnecessários, de acordo com a legislação em vigor.

7.3 O Empreiteiro obriga-se a entregar até à data da receção provisória da obra um Plano de Prevenção e Gestão de Resíduos de Construção e Demolição, no cumprimento da legislação em vigor.



**REGIÃO AUTÓNOMA DOS AÇORES**  
**SECRETARIA REGIONAL DO TURISMO, MOBILIDADE E INFRAESTRUTURAS**  
**DIREÇÃO REGIONAL DAS OBRAS PÚBLICAS**

CADERNO DE ENCARGOS – PARTE I | EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DE SÃO ROQUE E LIVRAMENTO, EM PONTA DELGADA E DA EMPREITADA DE CONCEÇÃO-CONSTRUÇÃO DA UNIDADE DE SAÚDE DA MAIA, RIBEIRA GRANDE

---

8. Constitui motivo para a não receção provisória da obra a não entrega por parte do empreiteiro de documentação imprescindível às vistorias a realizar.

9. Em nenhum caso serão atribuídos prémios ao empreiteiro.

10. É da responsabilidade do adjudicatário a sinalização dos trabalhos da obra, que tenham de decorrer nas vias públicas, bem como a definição de alternativas ao trânsito, assim como os contactos com forças da ordem (PSP/GNR) em caso de condicionamentos ou interrupções na respetiva via. A sinalização temporária deve ser efetuada com recurso a sinais verticais e luminosos, bem como as marcações rodoviárias e os dispositivos complementares, sempre em cumprimento das normas legais. O adjudicatário obriga-se ainda a impor a utilização sistemática, por parte de todos os trabalhadores da obra, de alças ou coletes dotados de elementos refletorantes, de modelos adequados às condições de trabalho específicos e como tal, aceites pela fiscalização.